



## Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

CNPJ 43.335.774/0001-86

Relatório de Auditoria

São Paulo, 31 de março de 2025. Aos Senhores Acionistas, A Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Travessia" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Informações Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não registrou lucros ou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Apesar disso, a Diretoria entende que a empresa possui condições financeiras e patrimoniais adequadas para emprezar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Além disso, os compromissos financeiros relativos à sua manutenção estão sendo honrados com recursos próprios. Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res. CVM 162"), informamos que a empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Informações Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Ressaltamos que a Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para a Travessia Securitizadora Mercantil VI além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

Atenciosamente,

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80	16
Impostos a recuperar		2	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>82</b>	<b>16</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	4, a)	31.077	21.324
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>31.077</b>	<b>21.324</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>31.159</b>	<b>21.340</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)</b>			
		<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Recargas</b>		<b>4.693</b>	<b>2.689</b>
Insusos adquiridos de terceiros		(4.693)	(2.689)
Custo dos serviços prestados		-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor total adicionado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. Contexto operacional** - A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021. A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (Créditos Mercantis); (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; (v) a gestão e administração dos Créditos Mercantis, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Mercantis, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Mercantis; (vi) a aquisição e a alienação de títulos representativos ou lastreados em Créditos Mercantis; (vii) a emissão, recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Mercantis; (viii) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Mercantis; (ix) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (x) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. A Companhia foi constituída para adquirir as cotas de 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FI, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913.0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo faz jus aos pagamentos das despesas, juros e principal das Debêntures emitidas pela Companhia. Atualmente, a Companhia possui duas emissões de debêntures. A primeira emissão consistiu em 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debêntures da série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Em 02 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou a segunda emissão, emitindo 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) debêntures da série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo). Ambas as emissões garantem uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Autorização** - Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31 de março de 2025. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. S estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas podem incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Ajuste do resultado** - As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indempnidos. **2.4. Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-financeiros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses. Caso contrário, são registrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento** - Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis** - São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF nº 218.18.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-

86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Camila Maria Oliveira - Diretora de Securitização

Declaração dos Diretores

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF 421.565.628-14, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/ME nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Thais de Castro Monteiro - Diretora de Compliance

Demonstrações do resultado exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacionais		9	4.693
Custo dos serviços prestados		10	(4.693)
<b>Resultado bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(=) Resultado antes das provisões tributárias</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
<b>Resultado do exercicio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Prejuízo básico por ação - Reais		0,000	0,000

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		-	-
Resultado do exercicio		-	-
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades		-	-
Ganhos patrimoniais cotas de fundos		(2.187)	(702)
Desajuste sobre aquisição cotas		(2.506)	-
Juros sobre as debêntures		3.514	2.689
Prêmio de debêntures		1.179	(1.987)
<b>Aumento/(redução) no ativo:</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Cotas de fundo de investimento imobiliário		(5.060)	(3.342)
Despesas antecipadas		(2)	-
<b>Aumento/(redução) no passivo:</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições a recolher		1	(2)
Contas a Pagar		3	(3)
Partes relacionadas		10	-
Outras Obrigações		19	19

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (4.997) (3.328)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento 5.060 3.342

Aumento de caixa e equivalentes de caixa 63 14

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio 16 2

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio 80 16

Aumento de caixa e equivalentes de caixa 64 14

Demonstrações do resultado abrangente exercicios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - (Valores expressos em milhares em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercicio	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado do exercicio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo ambas as Debêntures de séries únicas. Até o final de 31 de dezembro de 2024, a primeira emissão foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.740.522.508 (um bilhão, setecentos e quarenta milhões, quinhentos e oito mil) foram integralizadas até o encerramento do exercício. Na segunda emissão foram subscritas 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) e a totalidade das 206.407.339 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e trinta e nove) foram integralizadas até o encerramento do exercício. **5.2. Características das debêntures - a) Remuneração** - As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. **b) Garantia** - Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo. **c) Risco de crédito** - Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa.** Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures** - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos das debêntures são apresentados da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Anterior	20.590	14.559
1ª Emissão de certificadas - série única	2.996	3.342
Juros emissão - série única	3.274	2.689
<b>Total</b>	<b>26.860</b>	<b>20.590</b>
Saldo Anterior	-	-
2ª Emissão de certificadas	2.064	-
Juros 2ª emissão	240	-
<b>Total</b>	<b>2.304</b>	<b>-</b>
Saldo Anterior	689	2.676
Prêmios a pagar (i)	1.179	(1.987)
<b>Total (ii)</b>	<b>1.868</b>	<b>689</b>
<b>Total das emissões (iii)</b>	<b>31.032</b>	<b>21.279</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, houve valorização nas cotas do fundo no valor de R\$ 1.179 (desvalorização de R\$ 1.987 em 2023); (ii) O saldo corresponde ao resultado abrangente da operação até a presente data, o qual será repassado aos debenturistas ao término da operação; (iii) As parcelas do passivo não circulante vencem em 2027. **6. Patrimônio líquido****6.1. Capital social** - O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 16 de agosto de 2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas. **6.2. Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos** - As demonstrações financeiras exigidas por lei, observação, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. (i) A deliberação dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e (ii) Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos § 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte. **7. Provisão para contingências** - A Companhia não tem conhecimento e nem registro em 31 de dezembro de 2024 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **8. Instrumentos financeiros** - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez. **8.1. Valorização dos instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024 são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **9. Receitas operacionais** - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as receitas estão assim compostas:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de juros sobre carteira de crédito (Nota Nota Explicativa nº 4.a)	2.187	702
Receita desajuste sobre carteira de crédito (Nota Nota Explicativa nº 4.a)	2.506	-
Reversão remuneração das debêntures	-	1.987
<b>Total</b>	<b>4.693</b>	<b>2.689</b>

**10. Custos gerais** - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os custos gerais estão assim compostos:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração das debêntures	(1.179)	-
Juros sobre as debêntures	(3.514)	(2.689)
<b>Total</b>	<b>(4.693)</b>	<b>(2.689)</b>

**11. Relação com auditores** - De acordo com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, exceto aqueles relacionados aos serviços de auditoria externa.**12. Remuneração do pessoal-chave da administração** - Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 13.**Eventos subsequentes** - Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria

Diretor Presidente e Diretor de Relações com o Investidor

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Responsável Técnico

Paulo Donizete Eudes da Silva

Contador - CRC ISP17/836-0-0

Aplicável a períodos anuais com início em ou após

Descrição

IASB emitiu o IFRS 18 (que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar as notas de reconciliamento, mensuração e apresentação do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações financeiras individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não convertíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não convertíveis para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercicios futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

**3. Caixa e equivalentes de caixa** e **Descontos**

Caixa e bancos conta movimento

Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)

Total

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto Itaú aplicação auto, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 2% do Certificado de Depósito Interbancário podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário** - As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) e 2ª emissão de cotas do Bluepac Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário - FI, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913.0001-05 ("Fundo"), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos. **a) Composição** - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo a seguir representa:

Descrição

Saldo Anterior

Aquisição de cotas de Fundo de Investimento Imobiliário

Ganhos patrimoniais - C

## BRZ INFRA S.A.

CNPJ/MF nº 44.493.514/0001-00

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais					
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	1	59.242	22.225
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	278.981	279.047
Estoques	-	-	-	12.819	8.936
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	11	1.709	1.891
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	8.056	4.206
Despesas antecipadas	-	-	-	2.306	751
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>363.593</b>	<b>317.066</b>	
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber e outros recebíveis	8	1.685	91	15.915	43.368
Permanente	-	-	-	-	-
Investimentos	9	427.893	425.934	-	-
Imobilizado	10	-	-	61.970	89.878
Intangível	11	-	-	43.661	72.052
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>429.578</b>	<b>426.025</b>	<b>121.546</b>	<b>205.298</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>429.579</b>	<b>426.037</b>	<b>485.139</b>	<b>522.364</b>	

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - Em milhares de reais						
Saldos em 01 de janeiro de 2022	Resultado do exercício	Constituição de reservas	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Resultado do exercício	Constituição de reservas	Saldos em 31 de dezembro de 2024
312.190	-	-	312.190	8.656	-	333.743
-	8.656	-	-	(8.656)	-	-
-	-	433	-	-	-	-
312.190	-	1.510	-	-	-	342.398
-	-	-	-	1.907	-	1.907
-	-	95	-	(1.907)	-	-
312.190	-	1.605	-	-	-	344.305

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Investimentos	Controladora	
	2024	2023
Engbras Engenharia S.A	243.227	238.269
Enepal Engenharia S.A	153.665	153.332
Dreen Engenharia S.A	31.001	30.933
Arko Logística Ltda.	-	3.400
	427.893	425.934

10 Imobilizado: O imobilizado movimentou-se como segue (consolidado):	2024		2023		% Taxas anuais de depreciação
	Descrição	2023	Adições	2024	
<b>Custo</b>					
Eqto de Campo	84.148	5.655	89.803	20	
Veículos	8.111	(3.435)	4.676	20	
Computadores e Periféricos	334	91	425	20	
Móveis e Utensílios	48	(26)	22	10	
Máquinas	3.769	1	3.770	10	
Adiantamento p/ imob. Futuras	2.650	(952)	1.698		
	99.060	1.334	100.394		

Depreciação acumulada	2024		2023		% Taxas anuais de depreciação
	Eqto de Campo	2023	Adições	2024	
Eqto de Campo	(3.623)	(32.388)	(36.011)	20	
Veículos	(4.990)	3.601	(1.389)	20	
Computadores e Periféricos	(90)	(77)	(167)	20	
Móveis e Utensílios	(11)	(1)	(12)	10	
Máquinas	(468)	(377)	(845)	10	
	(9.182)	(29.242)	(38.424)		
	89.878	(27.908)	61.970		

11 Intangível	2024		2023		% Taxas anuais de amortização
	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
<b>Custo</b>					
Software	70	(70)	-	20	
Marcas e patentes	43.661	-	43.661	43.661	
Outorga	25.775	(25.775)	-	24.846	
Rede de água	3.378	(3.378)	-	3.326	
Estação tratamento água	110	(110)	-	107	
Estação tratamento esgoto	113	(113)	-	112	
	73.107	(29.446)	43.661	72.052	

12 Empréstimos e Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Linha de Crédito</b>				
Capital de Giro				
Pós Fixado - CETIP 100%				
Mútuo	85.270	83.626	-	34.056
	85.270	83.626	34.056	56.905
	-	-	33.473	8.968
<b>Circulante</b>	<b>85.270</b>	<b>83.626</b>	<b>583</b>	<b>47.937</b>
<b>13 Provisões para Contingências</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisão para contingências	-	-	154	315
	-	-	154	315

As sociedades controladas pela Companhia são parte em ações civis e trabalhistas, sendo que as ações cuja perda é considerada provável por seus consultores jurídicos estão provisionadas. Existem ainda ações cuja probabilidade de perda é considerada possível no montante de R\$ 7.590.

14 Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	189.510	207.572	-	-	-	-
	189.510	207.572	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Resultado</b>			
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	1.654	15.000	60	60	-	-
	1.654	15.000	60	60	-	-
<b>Controladora</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Resultado</b>			
<b>Circulante</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(nota 08)	(nota 08)	-	-	-	-
Conta corrente	(a)	1.685	91	-	-	-
	1.685	91	-	-	-	-
<b>Controladora</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Resultado</b>			
<b>Não circulante</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	-	-	1.219	-	-	-
Conta corrente	(a)	-	85.270	-	-	-
	-	-	85.270	1.219	-	-

(a) Refere-se a contrato de conta corrente entre as empresas do Grupo, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com diretos e obrigações recíprocos, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

15 Capital Social	Em quantidade de ações		Valor
	2024	2023	
SP Infra S.A.	312.190.128	312.190.128	312.190.128
	312.190.128	312.190.128	312.190.128

**16 Instrumentos Financeiros:** A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). **Gerenciamento dos riscos financeiros -** Visão geral: Em geral as Companhias estão expostas aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Di-

Composição da Diretoria		Diretor		Contador	
Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira		Diretor - Felipe Soares Verdi		Claudio Berloffo Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O	

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas**

te se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria esteja realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023						
Receita operacional líquida	Em milhares de reais		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	-	-	494.747	441.394	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(441.277)	(387.657)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>53.470</b>	<b>53.737</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
Administrativas e gerais	(52)	(52)	(35.655)	(33.723)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	595	(2.477)	-	-
	(52)	(52)	(35.060)	(36.200)	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>(52)</b>	<b>(52)</b>	<b>18.410</b>	<b>17.537</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras	1	52	1.440	1.600	-	-
Despesas financeiras	(1)	-	(13.700)	(10.457)	-	-
<b>Despesa financeiras líquidas</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>(12.260)</b>	<b>(8.857)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial</b>	<b>1.959</b>	<b>8.666</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>6.150</b>	<b>8.680</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(10)	(4.243)	(24)	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	1.907	8.656	1.907	8.656	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Demonstrações do resultado abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais						
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	Controladora		Consolidado			
	2024	2023	2024	2023		
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	1.907	8.656	1.907	8.656	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>						
Acionistas controladores	1.907	8.656	1.907	8.656	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>1.907</b>	<b>8.656</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Em milhares de reais		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício	1.907	8.656	1.907	8.656	-	-
Depreciação e amortização	-	-	33.635	6.031	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(1.959)	(8.666)	-	-	-	-
	(52)	(10)	35.542	14.687	-	-
<b>Aumento (Diminuição) em ativos operacionais</b>	<b>(1.594)</b>	<b>951</b>	<b>27.519</b>	<b>(21.754)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	(3.883)	(2.864)	-	-
Estoques	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	(11)	182	(1.510)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(3.830)	643	-	-
Despesas antecipadas	-	-	(2.045)	5.972	-	-
<b>Aumento (Diminuição) em passivos operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>4</b>	<b>(28.404)</b>	<b>64.566</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	(1)	4	(28.404)	64.566	-	-
Provisões e encargos trabalhistas	-	-	7.134	11.098	-	-
Obrigações fiscais	(8)	8	4.344	(4.287)	-	-
Provisão para contingências	-	(46)	(161)	300	-	-
Adiantamento de cliente	-	-	804	(2.742)	-	-
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(1.644)</b>	<b>896</b>	<b>37.202</b>	<b>64.109</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>						
Imobilizado	-	-	(5.727)	(76.435)	-	-
Intangível	-	-	28.391	(15.780)	-	-
Aumento de Capital	-	(83.354)	-	-	-	-
<b>Caixa líquido das atividades investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(83.354)</b>	<b>22.664</b>	<b>(92.215)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>						
Empréstimos e financiamentos	1.644	82.407	(22.849)	29.490	-	-
<b>Caixa líquido das atividades investimentos</b>	<b>1.644</b>	<b>82.407</b>	<b>(22.849)</b>	<b>29.490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>37.017</b>	<b>1.384</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>1</b>	<b>52</b>	<b>22.225</b>	<b>20.841</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>59.242</b>	<b>22.225</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>(51)</b>	<b>37.017</b>	<b>1.384</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

retoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco









...continuação

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			
Repasse BNDES TULP + 2% a.a.	31/12/2024	31/12/2023	
	3.647.786	3.221.659	
Capital de giro 120% do CDI	1.259.807	1.304.657	
<b>Total</b>	<b>4.907.593</b>	<b>4.526.316</b>	
Circulante	95.142	350.268	
Não circulante	4.812.451	4.176.048	
<b>Movimentação dos empréstimos e financiamentos</b>			
	2024	2023	
<b>Saldos iniciais</b>	<b>4.526.316</b>	<b>4.250.427</b>	
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>			
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(148.527)	(131.785)	
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>			
<b>Outras variações</b>			
Despesas de juros	529.804	407.674	
Saldos finais	4.907.593	4.526.316	

**Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:**

31/12/2024	31/12/2023
2025	-
2026	95.884
2027	124.938
2028	156.616
2029	192.630
2030	233.052
2031	279.358
2032	330.140
2033 (+)	3.590.124
<b>Total</b>	<b>4.812.451</b>

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que entra a celebraram a Caixa Econômica Federal e a Companhia a Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, realizada em 15 de março de 2013. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditamento ao contrato de financiamento mediante repasse, que alterou os prazos contratuais, alongando o período de carência e amortização para as seguintes datas: **a) Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020; **b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de junho de 2032; e **c) Amortização de principal:** o principal da dívida decorrente deste contrato referente a todos os subcréditos serão pagos trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre março de 2023 e junho de 2032. A Companhia também firmou contratos de financiamento (Finisa) os quais foram aditados em 21 de dezembro de 2018, alongando o prazo de carência e amortização com o artigo 818 do Código Civil. **a) Carência:** o prazo de carência até 15 de junho de 2032 aplicável para todos os subcréditos; **b) Amortização de juros:** exigíveis trimestralmente no período compreendido entre setembro de 2033 até dezembro de 2045; e **c) Amortização de juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato será pago trimestralmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor no período entre setembro de 2033 e dezembro de 2045. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assinadas neste Contrato, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional multa e despesas, serão constituídas as seguintes garantias: **• Garantias reais - (I)** alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e **(II)** cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e futuros, relativos a ações ordinárias e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças; **• Fiança -** as intervenientes atuantes - fiadoras, Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A. (II) figuram como fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiária, neste Contrato, até final liquidado deste contrato; e **(II)** declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em continuidade com o artigo 818 do Código Civil. **• Contrato suporte de acionistas -** as acionistas celebraram contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, reações inferiores à projetada; **• Seguros -** a beneficiária contratou seguros referentes aos riscos operacionais, riscos de engenharia, responsabilidade civil, seguro garantia - funções de ampliação e seguro garantia - funções operacionais.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR			
	31/12/2024	31/12/2023	
Fornecedores nacionais diversos	29.902	22.527	
Seguros a pagar	3.733	3.702	
Onus variável a pagar	1.362	590	
Outras contas a pagar	9.797	11.358	
<b>Total</b>	<b>35.794</b>	<b>38.177</b>	

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS			
	31/12/2024	31/12/2023	
Cofins	1.375	1.407	
ISS	336	301	
PIS	2.840	2.688	
IRRF	190	168	
CSSL	12.922	16.332	
Parcelamento federal	5.766	8.246	
Parcelamento municipal	23.667	29.492	
Circulante	8.044	11.359	
Não circulante	15.623	18.133	

**14. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**  
A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da concessão em infraestrutura. A administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica - OCP/05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conservação que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária. Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro no 11 da Artesp. Os montantes são atualizados por índice de mercado (IP-M). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 350.963 e está demonstrado a seguir:

31/12/2024	Adições	Realizações	31/12/2023
Provisão para manutenção - circulante	209.870	(2.278)	207.592
AVP - provisão para manutenção	136.906	61.933	198.839
<b>Total</b>	<b>346.776</b>	<b>(1.645)</b>	<b>345.131</b>

**15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**  
Os Assesores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível, trabalhista e administrativa, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R\$ 60.726 (R\$ 43.066 em 31 de dezembro de 2023). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 1.795.656 (R\$462.928 em 31 de dezembro de 2023), a administração da Companhia não considera necessária a constituição de provisão. **Processos administrativos - Artesp:** No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizam, em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado de R\$ 88.957 (R\$ 67.615 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia e seus Assesores Jurídicos classificaram a possibilidade de perdas da seguinte forma, R\$ 13.084 (R\$ 12.363 em 31 de dezembro de 2023) como provável, R\$ 75.873 (R\$ 55.252 em 31 de dezembro de 2023) como possível e R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2023) como remota.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2023) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

Participação %	31/12/2024	31/12/2023
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16	3,16
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial. Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túnies, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações. Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túnies, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R\$ 11.035. Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações. Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações. Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túnies, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações. **Ações ordinárias:** Todas as ações têm os mesmos direitos em relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Artigo nº 1.024, Lei nº 6.416/76, até o limite de 20% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório não será superior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio em numerário	418.123	350.351
Pedágio por equipamentos eletrônicos	10.589	10.736
Vale pedágio	2.276	3.320
Pedágio por cupons	35.300	6.612
Pedágio por cartão	32.942	3.922
Recitas acessórias (a)	4.960	5.100
Receitas acessórias (b)	(44.475)	(39.416)
Deduções de receita	500.273	420.915

**(a)** A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICP 01 que diz respeito à comparência no resultado de todo o valor intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por rodovias.

**18. GASTOS POR NATUREZA**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Custos Despesas de pessoal e serviços administrativos</b>	<b>44.098</b>	<b>33.519</b>
<b>Prestados tributos</b>	<b>(12.571)</b>	<b>(7.165)</b>
<b>Total</b>	<b>(31.473)</b>	<b>(20.354)</b>

**(a)** A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICP 01 que diz respeito à comparência no resultado de todo o valor intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por rodovias.

**19. GASTOS POR NATUREZA**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Custos Despesas de pessoal e serviços administrativos</b>	<b>44.098</b>	<b>33.519</b>
<b>Prestados tributos</b>	<b>(12.571)</b>	<b>(7.165)</b>
<b>Total</b>	<b>(31.473)</b>	<b>(20.354)</b>

**(a)** A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICP 01 que diz respeito à comparência no resultado de todo o valor intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção; **(b)** Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por rodovias.

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	21.875	17.603
Rendimento de aplicações financeiras	379	7.443
Juros ativos	15.853	25.046
AVP - provisão para manutenção	38.107	25.046
Juros passivos	(68)	(85)
Despesa bancárias	(226)	(265)
Outras	(2.454)	(2.639)
<b>Total</b>	<b>(532.552)</b>	<b>(479.034)</b>

**21. COBERTURA DE SEGUROS**  
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2024	31/12/2023
Riscos operacionais	Riscos operacionais	1.304.505	1.304.505
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	117.150	117.150

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

**22. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO**  
**Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão:** A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e o valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). **Compromissos relativos às concessões:** Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2024 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

**23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**  
**Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos: riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** e **• Risco de mercado.** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos de crédito, de liquidez e de mercado, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

**Estrutura de gerenciamento de riscos:** A administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. A administração define os limites de exposição, o plano de desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente à administração suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro deixe de cumprir suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e de caixa e equivalentes de caixa. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é como segue:

	Valor contábil	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	241.558	174.150
Contas a receber de clientes	6	37.535	31.928
Outros recebíveis	4	279.525	206.502
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>558.618</b>	<b>412.580</b>

**Contas a receber:** O valor das contas a receber de clientes é originário do serviço de passagem da rodovia, bem como receitas acessórias. A composição por vencimento de contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações contábeis é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a vencer	37.535	31.928

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela caracterização individual de cada cliente. O administrador considera a distribuição e as características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito. A realização do crédito das contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela administração. O risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma

# Jornalistas Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ nº 82.120.676/0001-83

**Relatório da Administração:** Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Almeida Junior" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração, acompanhado das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Desempenho Operacional:** O 4T2024 foi de crescimento para os seis shoppings do grupo Almeida Junior. Em comparação com o 4T2023, as vendas das lojas aumentaram 14,1%. A Companhia também registrou crescimento significativo nas principais métricas do setor. O SAS e SSS (vendas nas mesmas áreas e vendas nas mesmas lojas) apresentaram um crescimento no 4T2024 de 11,2% e 11,1%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O desempenho positivo dos aluguéis é fruto de step-ups contratuais, aumento de aluguel complementar, diminuição substancial sobre descontos concedidos e melhor negociação de crédito. O ciclo de ocupação total médio aos finais em 2024 foi 8,9% das vendas. Almeida Junior possui 95,4% de taxa de ocupação com um tenanet mix de qualidade superior ao período pré-pandemia. Os bons resultados foram registrados em todas as seis unidades do grupo, que trouxeram novidades no mix de suas operações ao longo do ano. A Companhia possui 225 mil m<sup>2</sup> de ABL e detém 71% (setenta e um por cento) do "market share" do setor em Santa Catarina. Nosso atual portfólio dos shopping centers possui capacidade de expansão orgânica já definida, sendo que nos ativos existentes poderão atingir um total de 277 mil m<sup>2</sup> ABL. Por meio de expansões e melhorias (transformação de grandes áreas em ABL de loja de uso comercial "lucos" menores e com rentabilidades mais atrativas), somos capazes de aumentar a rentabilidade dos nossos ativos. O primeiro shopping a ser expandido, já em licenciamento aprovado, é o Balaieiro Shopping, que atingirá a área total de ABL de 52 mil m<sup>2</sup> ABL. **Desempenho Financeiro:** Nossa receita operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$299,8 milhões, um aumento de 4,9% (12,1% normalizado) comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Apresentamos um aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de 12,1% no Ajuste Ajustado e 12,8% no EBITDA Ajustado comparado com o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 normalizado, totalizando R\$271,8 milhões e R\$229,7 milhões, respectivamente. A normalização consiste em considerar no exercício de 2023 as mesmas participações dos shoppings após a operação do Filz AJ Malls ocorrida em dezembro de 2023. Vide abaixo a divulgação voluntária das informações de natureza não contábil denominada NOI, sendo:

	31/12/2024	31/12/2023	-Norm. Filz	Δ%	Δ%
<b>NOI Consolidado em R\$ (000)</b>					
<b>Recita Operacional</b>	299.768	285.721	267.312	4,9%	12,1%
(-) Taxas de Administração	(14.094)	(13.008)	(13.008)		
(-) Custos Operacionais	(15.553)	(17.270)	(7.460)		
<b>NOI antes da PERC</b>	270.121	265.473	246.844	2,0%	9,4%
(+) PERC - Provisão para perda esperada para risco de crédito	(3.314)	(4.582)	(4.289)		
<b>NOI após PERC</b>	266.807	260.161	242.555	2,6%	10,0%
<b>Margem NOI</b>	93,4%	95,4%	95,4%		
(-) Ajuste repasse custo de locação estacionamento	5.016	5.016	5.016		
<b>NOI Ajustado</b>	271.823	260.161	242.555	4,5%	12,1%
<b>Margem NOI Ajustada</b>	95,2%	95,4%	95,4%		

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Δ%	Δ%
<b>Balancos patrimoniais</b>						
<b>Ativo</b>						
Ativo circulante	9.269	80.045	169.560	177.064		
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	20	706	125.608	2,124	
Aplicações financeiras	5,3	61,642	66	114,408		
Contas a receber	6	5,716	7,814	36,535	40,405	
Outros ativos	9	3,214,142	9,883	7,417	20,127	
Ativo não circulante	5,2	3,214,142	2,950,460	4,588,207	4,317,930	
Caixa restrito	13	171,217	169	71,760	20,038	
Contas a receber de partes relacionadas	6	2,606	1,416	11,569	9,435	
Contas a receber	9	12,761	3,817	26,008	7,770	
Outras contas a receber	10	10,773	10,773	10,773		
Investimentos	7	2,238,952	2,158,481	—	—	
Propriedades para investimento	8	772,805	768,479	4,457,225	4,255,354	
Imobilizado	14	4,338	7,139	4,338	7,139	
Total do ativo	3,223,411	3,030,505	4,757,767	4,494,994		

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Δ%	Δ%
<b>Balancos patrimoniais</b>						
<b>Passivo</b>						
Passivo circulante	100,404	523,971	153,807	590,575		
Debêntures	10	24,784	7,096	63,152	36,578	
Empréstimos	11	816	560	2,500		
Fornecedores	6	324	354	4,922	8,65	
Salários, férias e encargos sociais	11	504	518	9,010	29,460	
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	5,337	4,036	5,884	4,555	
Provisões diversas	15,1	67,961	508,835	67,961	508,835	
Dividendos a pagar	15,1	681	598	681	598	
Obrigações com pagamentos do arrendamento	13	17	213	1,425	2,037	
Outras contas a pagar	10	1,375,755	887,923	2,856,279	2,285,336	
Passivo não circulante	10	675,657	635,900	1,140,741	1,076,379	
Debêntures	11	—	3	—	21	
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	—	—	—	—	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	234,281	232,995	1,244,779	1,181,805	
Contas a pagar com partes relacionadas	13	—	1,018	—	2,327	
Dividendos a pagar	15,1	445,000	—	445,000	—	
Provisão para perda com investimento	7	3,192	1,892	731	1,392	
Obrigações com pagamentos do arrendamento	14,1	16,894	14,723	25,028	21,973	
Provisão para contingências	7,1	1,747,252	1,618,611	1,747,252	1,618,611	
Patrimônio líquido	15,1	348,293	348,293	348,293	348,293	
Capital social	15,1	226,423	226,423	226,423	226,423	
Ajustes de avaliação patrimonial	15,1	69,659	69,659	69,659	69,659	
Reserva legal	15,1	1,102,877	974,236	1,102,877	974,236	
Reservas de lucros a realizar	15,1	—	—	—	—	
Participação de acionistas não controladores	15,1	—	—	—	—	
Patrimônio líquido e participação de não controladores	1,747,252	1,618,611	1,747,681	1,619,083		
Total do passivo e patrimônio líquido	3,223,411	3,030,505	4,757,767	4,494,994		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Informações gerais sobre a Companhia: a) Contexto operacional:** A Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, com sede em Rua Argemiro de Azevedo, Faria Lima, nº 2277, cj. 1604, São Paulo (SP), e tem como atividade preponderante a) (i) exploração econômica e administração de shopping centers, condomínios, bens próprios e de terceiros; (ii) participação direta ou indireta em shopping centers; (iii) assessoria e consultoria empresarial, gestão empresarial, planejamento e atividades correlatas, com relação a shopping centers e/ou empreendimentos comerciais de natureza semelhante; (iv) locação de quiosques, vitrines e serviços de merchandising para shoppings centers; (v) intermediação para locação de espaços em lojas de shopping centers; (vi) exploração e propriedade de mídias para publicidade de produtos próprios ou de terceiros; (vii) participação, administração e exploração de estações de veículos; (viii) construção e incorporação de shopping centers; e (ix) participação no capital de outras sociedades empresariais ou não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior. No exercício de 2024, a Companhia concluiu o registro de uma nova participação societária, a qual possui sazonalidade em suas operações. Historicamente, datas festivas e feriados, tais como Natal, Dia das Mães, entre outros acarretam impacto positivo nas vendas dos shopping centers. **b) Venda de Participação de Imóveis - Fundo AJ Malls:** Em novembro de 2023, o AJ Malls Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob forma de condomínio fechado, realizou a aquisição de participação nos seguintes shoppings da Companhia: • 62,0% do Neumarkt Shopping; • 3,35% do Gärten Shopping; • 100% do Continente Shopping; • 17,85% do Continente Shopping; • 17,75% do Nações Shopping; • 0,91% do Balaieiro Shopping. O valor total da aquisição foi de R\$299,466 (R\$33,694 considerando apenas a Controladora), sendo R\$103,754 (R\$17,870 na Controladora) utilizado para amortização extraordinária de debêntures (vide Nota 10), e dos R\$200,760 remanescentes (R\$15,824 na Controladora), R\$180,002 (R\$4,422 na Controladora) já foram recebidos até 31 de dezembro de 2023, e o restante de R\$22,758 (R\$1,402 na Controladora) está registrado em rubrica de outros ativos (vide item nota 28) e deverá ser liquidado em até 18 meses em parcelas fixas. Como parte dessa transação a Companhia reconheceu ainda um ganho, líquido dos efeitos tributários, de R\$7,654 (perda de R\$5,525 na Controladora), vide Nota 19. Adicionalmente, a Companhia pagou imposto de renda e contribuição social sobre essa operação no valor de R\$2,325 e o montante de R\$8,634 será liquidado ao longo de 2024. Além disso, a Companhia reconheceu o imposto de renda diferido passivo no valor de R\$15,471 (na Controladora), vide Nota 11. **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 26 de fevereiro de 2025. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, as Pronunciamentos Interpretativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras individuais da Controladora são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas das demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia. Contudo, não há alteração no patrimônio líquido ou no resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no método de custo, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando ao preparar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o inteiro mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em caso de arredondamento, pode levar a diferenças não significativas entre as somas dos números e os subtotais apresentados nos quadros. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Subitância Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras de cada controladora na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional de cada investida. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas investidas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da controladora e todas as suas controladas. **2.1.3. Transações e saldos em moeda estrangeira:** Quando necessário, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários demonstrados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada no resultado do exercício. **2.1.4. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, diretas e indiretas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, diretos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle e a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa de qualquer ativo e passivo da controlada na data da perda de controle. Qualquer diferença resultante (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as controladas apresentadas no quadro abaixo:

Descrição	Abreviatura	Participação (%)	2024	2023
Controladas diretas:				
SNB Participações S.A.	SPE NK	99,99%	99,99%	
Balaieiro Camboriú Shopping Participações Ltda.	SPE BS	99,99%	99,99%	
GC Participações S.A.	SPE CS	99,99%	99,99%	
Joinville Shopping Participações S.A.	SPE GS	99,99%	99,99%	
Blumenau Norte Shop. Participações S.A.	SPE NR	99,99%	99,99%	
Continente Shopping Participações S.A.	SPE CT	99,99%	99,99%	
Almeida Junior Gestão Shop. Centers Ltda.	AJ Gestão	99,99%	99,99%	
Central de Serviços Compartilhados AJ Ltda.	CSC	99,99%	99,99%	
Shopping Park Ltda.	Park	99,83%	99,83%	
Controladas indiretas:				
SCP Estacionamento Continente Shopping	SCP CS	85,00%	86,35%	
SCP Estacionamento Norte Shopping	SCP NR	86,50%	89,60%	
SCP Estacionamento Nações Shopping	SCP NS	85,00%	85,00%	
SCP Estacionamento Joinville Shopping	SCP GS	85,00%	85,00%	

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Notícias Ltda.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código 23C0-6DFA-7E71-2560.

**Demonsrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023** (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, expresso em reais)

Conforme o disposto na Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominada EBITDA, sendo:

	31/12/2024	31/12/2023	-Norm. Filz	Δ%	Δ%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	177.463	148.939	131.938	19,2%	34,5%
(+) IRPJ/CSSL correntes e diferidos	84.085	(1.581)	(1.581)		
(+) Resultado financeiro líquido	152.306	163.147	163.147		
(+) Depreciação e amortização	2.745	2.696	2.696		
<b>416.329</b>	<b>313.201</b>	<b>296.200</b>			
Rebateda da venda de participação em imóveis	—	87.336	87.336		
<b>EBITDA**</b>	<b>416.329</b>	<b>400.537</b>	<b>383.536</b>	<b>3,9%</b>	<b>8,6%</b>
(-) Adição do valor justo de propriedades para investimentos	(191.678)	(179.987)	(179.987)		
(-) Ajuste repasse custo de locação estacionamento	5.016	—	—		
<b>EBITDA Ajustado*</b>	<b>229.667</b>	<b>220.550</b>	<b>203.549</b>	<b>4,1%</b>	<b>12,8%</b>
	<b>82,7%</b>	<b>82,7%</b>	<b>81,8%</b>		

**\* Sobre receita operacional líquida**

**\*\* Antes do resultado não operacional de venda da fração de propriedades para investimentos**

**Registro de Companhia aberta:** Em novembro de 2021 a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), um marco importante para a Almeida Junior. "Estamos confiantes e sem pressa, observando o mercado, analisando oportunidades e aguardando o melhor momento para fazermos o nosso IPO, afirma James Almeida Junior, CEO e fundador da Companhia. **Sustentabilidade:** O Grupo Almeida Junior tem firmado um compromisso contínuo com iniciativas que se alinham às melhores práticas ambientais e sociais. Acreditamos que o atual contexto global demanda não apenas ações pontuais de comportamento, mas uma reconfiguração integral em nossa maneira de pensar e agir. **Ambiental:** Resíduos, Energia e Conservação Hídrica: Na gestão de resíduos, nossos shoppings adotam um sistema abrangente de coleta seletiva, com lixeiras estrategicamente distribuídas para resíduos orgânicos, papel, metal, plástico, vidro e óleo de cozinha. Realizamos a coleta e separação mensal de toneladas dessas materiais, promovendo a reciclagem e redução de impacto ambiental. No âmbito da gestão energética, incorporamos em nossos projetos elementos como "skylights" para maximizar o aproveitamento da luz natural, luminárias LED de eficiência energética e automação da iluminação externa. Além disso, fomentamos tecnologias limpas com a instalação de centrais de recarga para carros elétricos nos estações. A captação de água da chuva e a preservação dos viveiros para recuperação de plantas utilizadas nos shoppings são outros pilares de nossa abordagem ambiental. **Social: Engajamento Comunitário e Solidariedade:** Destacamos a campanha "Viva o bem para viver", que incentiva a doação de roupas e agasalhos, recompensando os participantes com pontos no programa de fidelidade AJFans. A Arvore dos Sonhos, durante o Natal, é uma expressão tangível de nossa responsabilidade social, apresentando crianças de instituições beneficentes. Além disso, proporcionamos espaços nos shoppings para instituições de caridade, fortalecendo iniciativas que geram recursos financeiros para diversas causas sociais. Nossa

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Δ%	Δ%
<b>Demonsrações das mutações do patrimônio líquido</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>Capital social</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reservas de lucros a realizar</b>	<b>Lucros acumulados</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		348.293	235.411	69.659	893.535	37.607
Lucro líquido do exercício		—	—	—	144.553	—
Transferência para reserva de lucros a realizar		—	—	—	144.553	(144.553)
Realização de reserva de lucros a realizar	20	—	(8.988)	—	8.988	—
Aprovação de dividendos adicionais de 2022	15,1	—	—	—	—	(37.607)
Dividendos mínimos obrigatórios	15,1	—	—	—	—	(36.138)
Dividendos adicionais de 2023 aprovados e pagos	15,1	—	—	—	—	(36.702)
Dividendos distribuídos para não controladores		—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023		348.293	226.423	69.659	974.236	1.618.611
Lucro líquido do exercício		—	—	—	171.522	—
Transferência para reserva de lucros a realizar		—	—	—	171.522	—
Dividendos mínimos obrigatórios	15,1	—	—	—	—	(42.881)
Dividendos distribuídos para não controladores		—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		348.293	226.423	69.659	1.102.877	1.747.252

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Δ%	Δ%
<b>Demonsrações dos resultados</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>			
Recita operacional líquida	17	47.101	45.116	277.230	266.263	
Custos operacionais	18	(4.8				

**\*continuação**

grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou; (b) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferiu o controle sobre o ativo. b) **Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem Fornecedores, debêntures e empréstimos, obrigações com pagamentos de arrendamentos e outras contas a pagar. A classificação desses instrumentos está descrita na Nota Explicativa nº 24. Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como fornecedores, debêntures e empréstimos ou outras contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de debêntures e empréstimos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, debêntures e empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou extinta. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável nas condições de mercado à data do balanço. O reconhecimento de ativos e passivos monetários é na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **3.7. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para arcos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia e suas controladas registram as operações de shopping centers, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento do período são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros. O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade. Trimestralmente, a Companhia monitora os eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revistas, tais como, inauguração de projetos *greenfields*, expansões dos empreendimentos ou variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outros. Se não for identificado tais eventos, anualmente, a Companhia revisa com uma equipe especializada e independente, suas premissas para investimentos para obter o valor justo das mesmas refletindo as condições de mercado à data do balanço. O reconhecimento de eventos de ganhos e perdas no resultado de cada exercício. **3.7. Investimentos em controladas:** Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia detém controle. Deter controle é o poder de tomada de decisões sobre políticas operacionais da investida, entre outros. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará essas fatos, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. A participação nos resultados das controladas está destacada como resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado, representando a parcela do lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e reconhece o montante na demonstração do resultado.

**3.8. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados ao custo de aquisição. Formação ou construção, construção com empreendimento, investimento, suas provisões e custos de manutenção, até o *impairment*, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando os gastos incorridos com reparos e manutenções relevantes, os custos são reconhecidos no valor contábil do imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis, os valores mensurados confiáveis e os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais gastos de reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios e instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **3.9. Custo dos empréstimos:** Custos de juros, encargos financeiros e outros custos referente aos empréstimos e financiamentos obtidos e diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até o momento da entrada em operação dos bens. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando taxa de desconto que reflete o custo médio normal de capitalização da Companhia e o risco de crédito que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, exceto os já registrados. **3.11. Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sem risco significativo de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento inicialmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem um prazo de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas em equivalente de caixa, são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. **3.12. Caixa restrito:** O caixa restrito consistia em valores retidos mensurados a valor justo por meio do resultado, utilizados como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos, que seriam utilizados na liquidação de parcelas de empréstimo. **3.13. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância para o caso em questão, a avaliação dos custos de litigação, a necessidade de recorrer, se as revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, justificando o aumento ou o decréscimo do patrimônio líquido e demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), menos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado referente a terceiros (custo de equivalência patrimonial, receitas financeiras e distribuição de dividendos). A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia e posteriormente aprovado através de Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, se for o caso. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a total de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do período, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 12 Apresentação de Dividendos e Distribuições de Lucros, em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas nas demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida desde que seja divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações trarão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma entidade sem responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que a norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu o CPC 18 (R3) - Investimento em Col



## \*-★ continuação

administração de capital saudável, a Companhia tem a política de preservar liquidez com o monitoramento próximo do fluxo de caixa de curto e longo prazo. Para isto, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alteração quanto à política de administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a exigências externas impostas de capital. Segue o quadro do índice de endividamento, que demonstra a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	1.203.893	1.113.549
Empréstimo	-	2.521
Caixa e equivalentes de caixa	(125.608)	(2.124)
Aplicação financeira	-	(114.408)
Caixa restrito	(90)	(169)
Dívida líquida	1.078.195	999.369
Patrimônio líquido	1.747.681	1.619.083
Índice de endividamento líquido	61,7%	61,7%

**25. Arrendamentos mercantis operacionais:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia arrenda espaços em shopping centers, como arrendamento operacional. Esses arrendamentos possuem, via de regra, prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com opção de renovação do arrendamento após esse período. Excepcionalmente podem ter contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas. Os pagamentos de arrendamento são realizados mensalmente.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A.

mentos mínimos são reajustados anualmente, de acordo com índices de mercado. Adicionalmente, em alguns arrendamentos, proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local. Os aluguéis mínimos futuros a faturar sobre os arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Ano	31/12/2024		31/12/2023	
2024	-		112.261	27%
2025	123.638	29%	103.040	25%
2026	111.710	26%	88.329	21%
2027	85.457	20%	57.151	14%
Após 2028	102.730	25%	55.357	13%
	423.535	100%	416.138	100%

**26. Informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e gerenciamento de atividades de shopping centers, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os empreendimentos da Companhia estão representados por seis shoppings ("malls") e, embora sejam geradas informações por empreendimento (tais como faturamento e despesas) os mesmos não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores: (i) As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia são extraídos dos registros contábeis de cada empresa, sendo avaliado individualmente para cada empresa; (ii) Todos os empreendimentos estão localizados na região sul do Brasil,

mais especificamente no Estado de Santa Catarina; (iii) São shoppings construídos principalmente para o atendimento à população das classes denominadas A e B. O segmento de Shopping Centers é consolidado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e engloba as atividades que estão associadas ao empreendedor do shopping. As receitas geradas estão subdivididas pelas seguintes naturezas, sendo: aluguel, estacionamento, prestação de serviços e outras receitas. O desempenho do segmento é medido com base no resultado bruto de suas demonstrações financeiras consolidadas, bem como decisões estratégicas também são tomadas com base em indicadores consolidados das atividades de shopping. **27. Transações que não afetam caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto caixa. As transações estão abaixo sumarizadas:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Dividendos recebidos (Nota 7)*	6.243	-
Amortização de debêntures (Nota 1b e 9)	(17.870)	(96.706)
Propriedade para investimentos (Nota 1b e 8)	225	73.948
Outros ativos (Nota 1b)	11.402	22.758

(\* ) Do montante de R\$52.521 de dividendos distribuídos pela Controladora Balneário Camboriú Shopping Participações Ltda., R\$6.243 não teve efeito caixa, sendo destinado diretamente para pré-pagamento da debênture da Controladora.

## Contador

Marcelo Monteiro - CRC-SP: 218864/O

## Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09

Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Jaimes Bento de Almeida Junior - Diretor Presidente

Remi Kalber Junior - Diretor de Relação com Investidores

Aos Acionistas e Diretores da Almeida Junior Shopping Centers S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** Em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota Explicativa 8, o saldo de propriedades para investimento, mensuradas ao seu valor justo, totalizava R\$ 772.805 mil, representando 24% do total do ativo da Controladora, e R\$ 4.457.225 mil, representando 94% do total do ativo do Consolidado. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram julgamento significativo e foram baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia, as quais incluem o desempenho atual e histórico dos contratos com locatários, projeções de receitas futuras de aluguel, condições de mercado, taxas de ocupação e taxas de desconto, dentre outros. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos dos ajustes ao valor justo no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, ao elevado grau de julgamento associado ao assunto e à determinação das principais premissas descritas na Nota Explicativa 8. Uma mudança em alguma dessas premissas poderia gerar um impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Como nossa auditoria concluiu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela diretoria na avaliação das premissas, que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor justo das propriedades para investimento; (b) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e avaliadores externos, comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (c) a verificação da exatidão dos cálculos aritméticos das projeções; (d) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (e) a análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas; (f) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor justo, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; (g) a comparação do valor justo adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (h) a avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas consideradas para a determinação do valor justo dessas propriedades para investimento adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-2SP034519/O-6  
Roberto Martorelli  
Contador CRC-RJ106103/O

Shape the future  
with confidence





# Jornal O DIA SP

... continuação

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2023	Adições (ii)	Dividendos (iii)	Equivalência patrimonial		Amort. de PPA (j)	Total	Variação Cambial	Reestruturação societária	2024
				Patrimonial	Total					
WS	27.362	152	(3.221)	6.535	4.479	(2.056)	4.239	232	(54)	28.772
TOTVS Hospitality	90.121	-	(4.244)	4.239	-	-	4.239	232	(54)	90.294
RJ Participações	45.108	-	(2.023)	2.787	-	-	2.787	125	-	45.997
CMNet Participações	4.234	-	-	(782)	-	-	(782)	1.168	-	4.620
RD Station	1.940.911	108.530	-	94.931	(30.995)	63.936	628	-	-	2.114.005
Lexos	17.631	555	-	(7.397)	(441)	(7.838)	-	-	-	10.348
<b>Total</b>	<b>2.125.367</b>	<b>109.237</b>	<b>(9.488)</b>	<b>100.313</b>	<b>(33.492)</b>	<b>66.821</b>	<b>2.153</b>	<b>(54)</b>	<b>(54)</b>	<b>2.294.036</b>

(i) O saldo do ágio e os intangíveis provenientes das controladas estão apresentados na composição do Investimento da Companhia. A amortização de ágio sobre mais valia de ativos no exercício foi de R\$33.492 (R\$32.656 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Refere-se ao aumento de capital e/ou adiantamento para futuro aumento de capital. (iii) Dividendos recebidos são apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de Investimentos.

**12. Intangível** – Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Ativos de desenvolvimento	Outros	Ágio	Total
<b>Custo</b>							
<b>Saldos em 2022</b>	<b>30.015</b>	<b>814</b>	<b>18.518</b>	<b>34.267</b>	<b>122.150</b>	<b>205.764</b>	
Adições	-	-	-	4.278	-	4.278	-
Incorporação de controlada	6.970	-	1.395	2.090	2.503	13.116	26.074
<b>Saldos em 2023</b>	<b>36.985</b>	<b>814</b>	<b>19.913</b>	<b>40.635</b>	<b>2.503</b>	<b>135.266</b>	<b>236.116</b>
Adições	-	-	-	1.915	-	1.915	-
Baixas	-	-	-	(6.193)	-	(6.193)	-
<b>Saldos em 2024</b>	<b>36.985</b>	<b>814</b>	<b>19.913</b>	<b>36.357</b>	<b>2.503</b>	<b>135.266</b>	<b>231.838</b>
<b>Amortização</b>							
<b>Saldos em 2022</b>	<b>(29.862)</b>	<b>(388)</b>	<b>(16.178)</b>	<b>(34.267)</b>	<b>-</b>	<b>(80.695)</b>	
Amortização do exercício	(739)	(30)	(363)	(815)	(375)	(2.327)	(26.074)
Incorporação de controlada	(2.532)	-	(286)	-	-	(2.818)	-
<b>Saldos em 2023</b>	<b>(33.133)</b>	<b>(418)</b>	<b>(16.827)</b>	<b>(35.082)</b>	<b>(375)</b>	<b>(85.839)</b>	
Amortização do exercício	(740)	(30)	(253)	(841)	-	(1.864)	(3.688)
Incorporação de controlada	-	-	-	841	-	841	-
<b>Saldos em 2024</b>	<b>(33.873)</b>	<b>(448)</b>	<b>(17.080)</b>	<b>(36.357)</b>	<b>(874)</b>	<b>(88.632)</b>	
<b>Valor residual</b>							
<b>Saldos em 2024</b>	<b>3.112</b>	<b>366</b>	<b>2.833</b>	<b>-</b>	<b>1.629</b>	<b>135.266</b>	<b>143.206</b>
<b>Saldos em 2023</b>	<b>3.852</b>	<b>396</b>	<b>3.086</b>	<b>5.553</b>	<b>2.128</b>	<b>135.266</b>	<b>150.281</b>
Taxa média ponderada de amortização anual	8,64%	8,35%	10,39%	-	20,00%	-	-
Vida útil média (em anos)	8	24	11	-	5	-	-

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

**13. Análise do valor recuperável de ativos** – O teste de impairment é realizado anualmente, e não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Os investimentos e ágio da TOTVS Large se concentram em três UGCs definidas da seguintes forma: • **UGC Gestão** – Operação de software onde a TOTVS Large está inserida na sua controladora TOTVS e suas subsidiárias; • **UGC RD** – Inclui as operações da RD Station e a Tallos que foi incorporada ao longo do ano; • **UGC Lexos** – representa investimento na subsidiária Lexos, empresa voltada para gestão, otimização e automação para o segmento comercial; Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. As principais premissas usadas no estimativa do valor em uso são: • **Taxa de desconto** – representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram considerados na avaliação de mercado; • **Perpetuidade** – taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções foi entre 5,5% e 5,6%.

**14. Obrigações sociais e trabalhistas** – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	2024	2023
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Salários a pagar	4.709	5.508
Férias a pagar	10.619	9.653
Participação nos resultados e bônus	4.117	3.772
IRRF a recolher	3.077	2.902
Outros	256	233
	<b>22.778</b>	<b>22.068</b>
Obrigações sociais	1.975	1.510
<b>Total</b>	<b>24.756</b>	<b>23.578</b>

**Gilsomar Maia Sebastião** – Diretor

## Aos Acionistas e Diretores da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. – São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras

informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

## TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A.

**16. Provisões para contingências**  
**16.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais:** A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia. O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	2024	2023
Tributárias	2.018	1.524
Trabalhistas	14.106	14.819
Cíveis	2.337	4.050
	<b>18.461</b>	<b>20.393</b>

**a) Movimentação das provisões:** A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 2022</b>	<b>820</b>	<b>15.343</b>	<b>4.574</b>	<b>20.737</b>
(+) Complemento de provisões	727	675	81	1.483
(+) Atualização monetária	80	1.153	255	1.488
(-) Reversão de provisão não utilizada	(3)	(1.716)	(644)	(2.363)
(-) Baixa por pagamentos	(100)	(636)	(216)	(952)
<b>Saldos em 2023</b>	<b>1.524</b>	<b>14.819</b>	<b>4.050</b>	<b>20.393</b>
(+) Complemento de provisões	450	695	249	1.394
(+) Atualização monetária	96	925	315	1.336
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(1.120)	(23)	(1.143)
(-) Baixa por pagamento	(52)	(1.213)	(2.254)	(3.519)
<b>Saldos em 2024</b>	<b>2.018</b>	<b>14.106</b>	<b>2.337</b>	<b>18.461</b>

A Companhia mantém depósitos judiciais relacionados a processos judiciais classificados no grupo de ativo não circulante no montante de R\$1.887 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.546 em 31 de dezembro de 2023).

**16.2. Contingências possíveis:** Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validade pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2024	2023
Tributárias	28.150	27.846
Trabalhistas	13.501	12.597
Cíveis	20.654	20.546
	<b>62.305</b>	<b>60.989</b>

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

## 17. Patrimônio líquido

**a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de R\$2.125.000 (R\$2.010.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.844.401.198 (1.729.401.198 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade à TOTVS S.A.

**b) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**c) Destinação do Lucro:** A Companhia constituiu R\$8.190 de reserva legal, R\$38.901 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$116.701 de reserva de retenção de lucros, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que serão submetidas à aprovação em AGO – Assembleia Geral Extraordinária.

**d) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**e) Destinação do Lucro:** A Companhia constituiu R\$8.190 de reserva legal, R\$38.901 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$116.701 de reserva de retenção de lucros, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que serão submetidas à aprovação em AGO – Assembleia Geral Extraordinária.

**f) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**g) Destinação do Lucro:** A Companhia constituiu R\$8.190 de reserva legal, R\$38.901 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$116.701 de reserva de retenção de lucros, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que serão submetidas à aprovação em AGO – Assembleia Geral Extraordinária.

**h) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**i) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**j) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**k) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**l) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**m) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**n) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**o) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**p) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>

**q) Reserva de capital:** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram compostos da seguinte forma:

	2024	2023
Reserva de ágio	37.185	37.185
Plano de remuneração baseado em ações	8.405	17.670
Diluição de participação societária	(54)	-
	<b>45.536</b>	<b>54.855</b>



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T24 & 2024

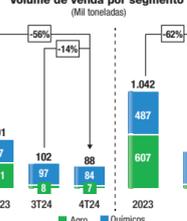
São Paulo, 31 de março de 2025 - A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2024. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Adicionalmente, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o quarto trimestre de 2024 ("4T24"), o quarto trimestre de 2023 ("4T23") e o terceiro trimestre de 2024 ("3T24"), bem como o acumulado de doze meses de 2024 ("2024") e de 2023 ("2023").

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONTEXTO OPERACIONAL

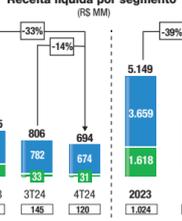
O ano de 2024 foi marcado pelo redimensionamento das operações da Unigel, executada ainda no primeiro semestre de 2024 com intuito de focar recursos nas operações que apresentaram margens positivas. Combinado a isso, atuamos ativamente na busca por oportunidades de redução dos gastos com unidades que foram paralisadas em função da redução dos spreads internacionais que inviabilizam exportações de determinados produtos. Nesse contexto, no segmento Químicos todas as plantas relacionadas aos produtos de Estirênicos permaneceram em operação normal, suportadas por margens positivas, mesmo que ainda abaixo de níveis históricos. Nas plantas de Acrílicos, o cianeto de sódio manteve performance positiva, permitindo maximização das operações no período. Por outro lado, as plantas de acrilonitrila e de metacrilatos permaneceram paralisadas desde abril de 2024 em função da inviabilidade econômica de exportações, principal destino desses produtos. As plantas do segmento Agro, que se referem exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, permaneceram hibernadas desde dezembro de 2023, enquanto são negociadas novas soluções para os contratos de gás natural e/ou contratos de arrendamento.

Volume de venda por segmento\*

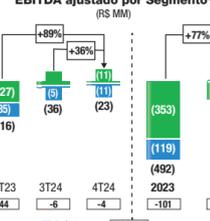


Neste contexto, a receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, redução de 39% na comparação com mesmo período do ano anterior, em função principalmente da paralização das operações do segmento Agro, que resultou da redução de 92% na receita líquida do segmento. Na comparação com 3T24, quando as operações já estavam redimensionadas, a receita líquida consolidada apresentou retração de 14%, principalmente em função de redução de 14% na receita de estirênicos, explicada pelo menor período de vendas em função dos feriados de fim de ano.

Receita líquida por segmento\*



EBITDA ajustado por Segmento\*



O EBITDA Ajustado consolidado da Unigel totalizou um prejuízo de R\$ 111 milhões em 2024, explicado principalmente pelos gastos remanescentes relacionados às plantas do segmento Agro, que totalizaram um prejuízo de R\$ 108 milhões no mesmo período. No segmento Químicos, o EBITDA Ajustado totalizou um resultado positivo de R\$ 12 milhões, com uma contribuição positiva do negócio de Estirênicos de R\$ 69 milhões, contraposto pelo resultado negativo do negócio de Acrílicos, em R\$ 56 milhões, principalmente em função das despesas fixas relacionadas às plantas hibernadas. No trimestre, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou um resultado positivo de R\$ 23 milhões, principalmente pelas perdas de R\$ 11 milhões no negócio Agro e de R\$ 12 milhões no negócio de Acrílicos. Olhando adiante, prevemos um ambiente ainda muito desafiador para 2025 e 2026. Para o negócio de Estirênicos, pressão sobre os spreads internacionais, causada pela sobreoferta de produtos chineses, combinado com uma competição mais intensa no mercado local, impedem a retomada da margem para palmares históricos. Em Acrílicos, entre janeiro e fevereiro de 2025 observou-se uma abrupta queda no spread de acrilonitrila, que coloca em dúvida a retomada da operação que estava prevista para 2026. Por fim, no segmento Agro, esperamos concluir as negociações com a Petrobras, eliminando as despesas relacionadas às plantas hibernadas.

VENDA DA OPERAÇÃO DE CHAPAS ACRÍLICAS NO MÉXICO

A Companhia concluiu a venda da Plásticos de México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação; e (iv) parcela retidas em garantia de forma contingencial. Dessa forma o valor líquido recebido pelo grupo na transação foi de US\$ 85 milhões. Os recursos líquidos da venda serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Em 30 de janeiro de 2025, a Unigel concluiu o processo de recuperação extrajudicial iniciado em 20 de fevereiro de 2024, com a apresentação de planos de recuperação extrajudicial, conforme adotados (os "Planos de RE"), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O fechamento da operação ocorreu após a conversão de R\$ 5,1 bilhões da dívida antiga em novos instrumentos financeiros, que possibilitou desalavancagem de cerca de 50% para a Unigel. Adicionalmente, a maior parte dos US\$ 100 milhões captados, após as devidas retenções (backstop fee), juntos aos credores que elegeram opção A nos Planos de RE ("Credores Opção A") será destinada para conclusão da construção da planta de Ácido Sulfúrico, redimensionamento do capital de giro e fortalecimento do caixa da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária da Companhia. A composição do Conselho de Administração passou a contar para 2026. Por fim, sendo três indicados da Cigel Participações S.A., três indicados dos Credores Opção A e um membro independente eleito em conjunto pelos credores e pela Cigel Participações S.A. Ainda no âmbito da reestruturação, Roberto Noronha Santos passa a ocupar uma das vagas no conselho e Dario Gaeta foi nomeado como Diretor Presidente a partir desta data.

NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Table with columns: Cargo, Nome, Indicação, Início Mandato, Prazo Mandato. Lists board members including Daniel Zilberknop, Marc Buckingham Slezzynger, Roberto Noronha Santos, Pedro Wongtschowski, Fabio de Barros Pinheiro, Kofi William Bentsi-Enchill, and Gregorio Mario Charnas.

Importante ressaltar que, em função da data do fechamento da operação, os números das demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2024 não refletem qualquer impacto da implementação do plano concluído em 30 de janeiro de 2025. Os Planos RE estão disponíveis na íntegra no site da Unigel em https://ri.unigel.com.br/plano-de-reestruturacao/.

RESULTADO CONSOLIDADO

Summary table of consolidated results for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes metrics like Receita Bruta, Receita Líquida, Lucro Bruto, Margem Bruta, Despesas, and Resultado Financeiro.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Unigel totalizou R\$ 3,15 bilhões em 2024, representando redução de 39% na comparação com 3T24, também seguindo as movimentações da receita. Com isso, o prejuízo bruto consolidado da Unigel totalizou R\$ 30 milhões no 4T24, acumulando um prejuízo de R\$ 129 milhões em 2024, ainda explicado principalmente pelos gastos remanescentes com plantas hibernadas, especialmente do segmento Agro.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

Segundo os movimentos de volume explicados anteriormente, o CPV da Unigel totalizou R\$ 3,28 bilhões em 2024, representando redução de 42% na comparação com mesmo período do ano anterior. No trimestre, o CPV totalizou R\$ 723 milhões, redução de 42% na comparação com 4T23 e de 15% na comparação com 3T24, também seguindo as movimentações da receita. Com isso, o prejuízo bruto consolidado da Unigel totalizou R\$ 30 milhões no 4T24, acumulando um prejuízo de R\$ 129 milhões em 2024, ainda explicado principalmente pelos gastos remanescentes com plantas hibernadas, especialmente do segmento Agro.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram uma despesa de R\$ 206 milhões em 2024, redução de 25% na comparação com mesmo período de 2023. No trimestre, o SG&A totalizou uma despesa de R\$ 43 milhões, representando uma redução de 40% na comparação 4T23 principalmente em função da venda da operação do México. Na comparação com 3T24, o aumento de 13%, ou R\$ 5 milhões, é explicado por provisões para contingências.

OUTRAS RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais totalizaram R\$ 244 milhões em 2024, explicado pelo resultado contábil da venda da operação de chapas acrílicas no México, comparado a um resultado negativo de R\$ 807 milhões em 2023, relacionado principalmente ao impairment das plantas do segmento Agro. No 4T24, outras despesas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 34 milhões, relacionado principalmente a impairment e venda de ativos.

EBITDA AJUSTADO

Table showing Adjusted EBITDA for 4T24, 3T24, 4T23, 2024, and 2023. Includes sub-totals for Agro and Químicos segments.

O EBITDA Ajustado consolidado da Companhia totalizou uma perda de R\$ 23 milhões no 4T24, acumulando uma perda de R\$ 111 milhões em 2024. Os resultados negativos para os períodos ainda são explicados pelos gastos remanescentes das plantas do segmento Agro, que resultaram em EBITDA Ajustado negativo para o segmento de R\$ 11 milhões no 4T24 e de R\$ 108 milhões no acumulado de 2024. O EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou R\$ 12 milhões em 2024, representando melhora significativa comparado ao mesmo período do ano anterior (quando apresentou resultado negativo de R\$ 119 milhões), suportado pela operação de Estirênicos que, embora ainda sofra com spreads abaixo dos níveis históricos, atingiu resultado positivo de R\$ 66 milhões em 2024. No trimestre, o EBITDA Ajustado do segmento Químicos totalizou uma perda de R\$ 11 milhões, principalmente em função do impacto de custos fixos com plantas hibernadas do negócio de Acrílicos.

RESULTADO FINANCEIRO

Table of financial results showing consolidated results, quarterly (4T24, 3T24, 4T23) and annual (2024, 2023) data for metrics like Receitas financeiras, Despesas financeiras, and Resultado financeiro líquido.

O resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos totalizou uma despesa de R\$ 833 milhões em 2024, um crescimento de 41% em comparação com mesmo período do ano anterior, explicado principalmente por um aumento nas despesas de juros sobre financiamentos, em função de (i) efeito de capitalização de juros para investimentos (Capex) realizada até 2023, mas sem efeitos para 2024 em razão da paralização dos projetos; (ii) captações de dívidas realizadas ao longo de 2023 e; (iii) provisões de despesas com juros e encargos de linhas de crédito vencidas.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial

Table of operating cash flow showing quarterly and annual trends for 2024 and 2023, including metrics like EBITDA Ajustado, Imposto de renda pago, and Fluxo de caixa das atividades operacionais.

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período (2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Table of cash flow statement showing quarterly and annual trends for 2024 and 2023, including changes in cash and equivalents, and cash from operations.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS O fluxo de caixa das atividades operacionais, que inclui pagamento de juros e imposto de renda, totalizou um consumo de R\$ 379 milhões em 2024, explicado pelos resultados negativos e utilização de parte dos recursos da venda da operação de chapas acrílicas no México para recomposição gradual do capital de giro da Companhia, que vinha bastando restrito desde o ano de 2023 como forma de preservar liquidez, em detrimento de uma operação mais eficiente.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou uma entrada de R\$ 453 milhões em 2024, em função da venda da operação de chapas acrílicas no México.

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma saída de R\$ 65 milhões em 2024, explicado principalmente pelo pagamento de contratos de leasing.

ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

Table of debt and leverage metrics showing quarterly and annual trends for 2024 and 2023, including Circulante, Não Circulante, and Divida Bruta.

A dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5,88 bilhões em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 35% na comparação com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, explicado, principalmente (i) aumento de 28% na taxa de câmbio de fechamento dos respectivos períodos, com impacto direto na dívida indexada ao Dólar Americano; (ii) pela provisão de juros não pagos no período e; (iii) conversão de determinados instrumentos de derivativos em dívida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Large table showing balance sheets for 31/12/2024 and 31/12/2023, categorized by Circulante and Não circulante, with sub-totals for Agro and Químicos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table showing changes in equity for 2024 and 2023, including items like Saldos em 1 de janeiro, Prejuízo líquido do período, and Resultados abrangentes.

Reserva de Lucros

Table showing profit reserves for 2023 and 2024, including Capital social, Reserva legal, and Dividendos adicionais propostos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table showing income statements for 31/12/2024 and 31/12/2023, including Receita líquida, Despesas de vendas, Despesas administrativas, and Resultado financeiro líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Table showing comprehensive income statements for 2024 and 2023, including Prejuízo líquido do exercício, Prejuízo por ação básico e diluído, and Resultados abrangentes totais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 23C0-6DFA-7E71-2560.



continuação...

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>	-	-	<b>3.980.426</b>	<b>5.809.193</b>
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	3.677.471	5.788.112
Outras receitas	-	-	309.534	20.648
Reversão (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.579)	433
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(6.949)</b>	<b>(5.059)</b>	<b>(3.462.077)</b>	<b>(6.535.679)</b>
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	-	-	(2.828.194)	(4.882.338)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(456.186)	(710.743)
Recuperação (perdas) de valores ativos	-	-	(65.187)	(171.508)
Outros	(6.949)	(5.059)	(112.510)	(259.090)
<b>Valor adicionado (consumido) bruto</b>	<b>(6.949)</b>	<b>(5.059)</b>	<b>518.349</b>	<b>(726.486)</b>
Depreciação e amortização	(12.831)	(8.135)	(191.488)	(293.452)
<b>Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia</b>	<b>(19.780)</b>	<b>(13.194)</b>	<b>326.861</b>	<b>(1.019.938)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(1.689.305)</b>	<b>(2.219.514)</b>	<b>39.870</b>	<b>40.225</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(1.690.840)	(2.219.943)	-	-
Receitas financeiras	1.535	429	39.870	40.225
<b>Valor adicionado (consumido) total a distribuir</b>	<b>(1.709.085)</b>	<b>(2.232.708)</b>	<b>366.731</b>	<b>(979.713)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado (consumido)</b>	<b>(1.709.085)</b>	<b>(2.232.708)</b>	<b>366.731</b>	<b>(979.713)</b>
<b>Pessoal</b>	-	-	<b>243.598</b>	<b>272.186</b>
Remuneração direta	-	-	187.939	140.570
Benefícios	-	-	47.916	114.318
FGTS	-	-	7.371	6.414
Outros	-	-	372	10.884
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	-	-	<b>6.200</b>	<b>116.511</b>
Federais	-	-	6.200	(43.822)
Estaduais	-	-	-	160.333
Municipais	-	-	-	22
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>153.479</b>	<b>95.524</b>	<b>1.869.186</b>	<b>1.035.911</b>
Despesas financeiras	153.479	95.524	1.869.186	1.035.911
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>(1.862.564)</b>	<b>(2.334.432)</b>	<b>(1.862.564)</b>	<b>(2.334.432)</b>
Prejuízo do exercício	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**I. Contexto operacional**

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia") é sociedade anônima de capital fechado, com registro no Conselho de Fatores Mobiliários ("CVM") tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominadas como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A., que detém 99,9% das ações. A Companhia é uma empresa "holding" sendo controladora de empresas que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de agronegócios e estrênicos, e de fertilizantes na cadeia de agronegócios ("Agrô"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladora, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional, contudo, há eventos ou condições que indicam a existência de um evento relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (i) **Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 3.116.958 (R\$ 1.245.748 em 31 de dezembro de 2023), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$ 1.862.564 (R\$ 2.334.432 em 31 de dezembro de 2023), geração de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 378.861 (R\$ 452.077 em 31 de dezembro de 2023), e um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 6.081.149 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 4.208.587 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram elevados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira ("SELIC") nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros dela. Além disso, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram: **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado desde 2023 condições econômicas desafiadoras, incluindo a alta ou a manutenção em nível elevado, dos preços das suas matérias-primas, tanto no mercado local quanto no mercado internacional, enquanto os preços de venda dos seus produtos no mercado internacional e no mercado interno sofreram significativas reduções. Neste contexto, a Companhia vem concentrando seus esforços na preservação de sua liquidez e entre as principais medidas adotadas, destacam-se a paralisação de operações que geravam margens operacionais negativas. Em dezembro de 2024, a produção das duas plantas de Agro situadas, respectivamente, em Camaçari/BA e em Laranjeiras/SE e, ainda, a planta de acrilonitrila, situada em Camaçari/BA, continuavam paralisadas. Além disso, a planta de metacrilatos, localizada em Camaçari/BA, também teve suas operações paralisadas em julho de 2024, porém o Grupo tem atendido as demandas cativas operacionais de resinas plásticas (PMMA) por meio de importações de monômeros acrílicos, bem como, o Grupo tem atendido as demandas do mercado interno para o produto acrilonitrila, por meio de revendas mediante importação de tal produto, gerando margem operacional positiva. **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento a índices financeiros (covenants) em novembro de 2024, em razão de determinados instrumentos financeiros em dívida em virtude do não pagamento deles na data dos seus vencimentos, tanto em relação ao Bond quanto para as debêntures, culminando na solicitação de antecipação de pagamento por parte de seus credores. A Companhia através da implementação do plano de recuperação extrajudicial no mês de janeiro de 2025, reestruturou suas dívidas. **Descumprimento de covenants:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação de dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas devido à deterioração da sua saúde financeira e rebavamento de rating. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir. **Ajustes operacionais:** A Companhia, por meio da carteira de investimentos, adotou suas operações objetivando a preservação de sua liquidez, através da paralisação de operações com margens operacionais negativas e a redução parcial de volumes de produção de determinadas plantas, detalhadas acima. Adicionalmente, em dezembro de 2023, reconhecemos provisão para recuperação de ativos relacionados às plantas de Agro, conforme detalhadamente divulgado na nota explicativa 14 - "Imobilizado e Intangível" e na nota explicativa 15 - "Bens não classificados em ativo intangível". **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio da carteira de investimentos, possui um contrato com a Agência Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento vinculados as duas plantas de Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE. Em virtude dessa liminar, ficou suspensa, por ora, a obrigação de compra de gás natural em um volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2024. Em seguida, a Companhia, instaurou processo de arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. Durante 2024, a Companhia avançou no processo negocial junto à Petrobras, no sentido de encontrar uma solução econômica e comercial viável para ambas as companhias. Nesse sentido, o processo de arbitragem foi temporariamente suspenso até o dia 31 de março de 2025, de tal forma que fosse direcionada uma solução amigável entre as partes, maiores detalhes na nota 17 - "Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial": Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial que, após um período de negociação com os credores onde obteve a anuência de, aproximadamente, 57% dos mesmos para a aprovação dos planos de recuperação extrajudicial. Foi aditado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Esses planos foram homologados pelo TCU em 11 de novembro de 2024. **Plano de recuperação:** O plano de recuperação, respectivamente, para que a Companhia pudesse implementar esse plano, cujas ações de implementação foram concluídas em 30 de janeiro de 2025. Os planos de recuperação extrajudicial buscam equacionar as dívidas da Companhia e assegurar sua sustentabilidade financeira. O plano de recuperação extrajudicial pedido está dividido em dois planos consensuais distintos, um para holding e outro para as entidades operacionais (PIS/COFINS e DCTO) e prevê os seguintes pontos: **Verba atrelada:** A verba atrelada da Plastiglass do México S/A de CV ("DCTO") e de US\$ 105 milhões, sendo US\$ 83 milhões líquido (equivalente a R\$430 milhões) descontado passivos assumidos, efetivada no primeiro semestre de 2024, com entrada do caixa em 5 de junho de 2024. Posteriormente, ao longo de 2024, foram recebidos valores adicionais que estavam retilhos em conta Escrow totalizando um recebimento de US\$ 85 milhões. **Captação de recursos:** A captação de pelo menos US\$ 120 milhões por meio da emissão de Senior Notes com vencimento em dezembro de 2025 e de US\$ 100 milhões em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre. **Novas notas reestruturadas (2L Notas):** Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do Reino Unido de 2024. **Participação societária e governança:** As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2024 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a cash sweep em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As notas participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2023; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na constituição da HoldCo aos Credores Financeiros, garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. Esses títulos foram emitidos em 30 de janeiro de 2025. **Garantias:** As Senior Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau por parte substancial dos ativos da Companhia, com exceção de ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Novas Notas 2L, terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos. Em 31 de dezembro de 2024 as consumações dos Planos de Recuperação Extrajudicial estão sujeitas ao cumprimento das condições de eficácia neles previstas. Essas condições foram atendidas e os Planos de Recuperação Extrajudicial foram efetivamente concluídos e aprovados em 30 de janeiro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa de eventos subsequentes. A implementação do Plano de Reestruturação resultou em uma significativa redução do endividamento da Companhia, através da conversão de dívida em capital, além da injeção de novos

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.862.564</b>	<b>(2.334.432)</b>	<b>(1.862.564)</b>	<b>(2.334.432)</b>
Prejuízo líquido do período	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	22	12.831	8.135	191.484
Juros de arrendamentos	24	3.348	959	36.441
Provisões de contingências	22	232	313	35.729
Provisões (reversões) ambientais e reembolsos a cobrar	23	-	-	(2.196)
Provisões (reversões) de estoques	9	-	-	(366)
Impostos correntes e diferidos	12	-	-	(59.691)
Perda (reversão) de créditos estimada	8	-	-	6.579
Derivativos	24	-	-	230.135
Juros provisionados e variação cambial	24	147.362	92.026	1.488.548
Juros sobre impostos parcelados	24	-	-	25.066
Resultado na venda de ativos	23	-	-	(299.463)
Resultado de equivalência patrimonial	13	1.690.840	2.219.943	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado	14	-	-	62.591
Baixa definitiva de ativos	14	-	-	73.948
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	24	-	-	(21.996)
Encargos sobre duplicatas descontadas	24	-	-	59.415
Juros benefício pós-emprego	-	-	-	2.532
Juros de fornecedores	24	-	-	40.775
<b>Variações em:</b>				
Contas a receber de clientes	8	-	-	16.771
Estoques	9	-	-	(15.357)
Ativos e passivos fiscais	2	2.807	11.038	57.976
Créditos contratuais	-	-	-	(63.628)
Fornecedores	17	20.269	1.682	(218.220)
Demais ativos e passivos de curto e longo prazo	-	200	755	(8.107)
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>15.325</b>	<b>419</b>	<b>(233.898)</b>	<b>(158.231)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>16</b>	<b>(28)</b>	<b>(37.992)</b>	<b>(144.885)</b>
Juros pagos	16	(28)	(37.992)	(144.885)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(78)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>15.297</b>	<b>(37.573)</b>	<b>(378.861)</b>	<b>(452.077)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>(1.887)</b>	<b>(95.594)</b>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	-	(1.887)	(95.594)
Recebimentos por vendas de ativo	-	-	-	520.697
Dividendos de operações mantidas para venda	-	-	-	28.701
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	-	-	-	(750)
<b>Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(1.887)</b>	<b>453.054</b>	<b>(486.624)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>16</b>	<b>(174)</b>	<b>(156)</b>	<b>(459.767)</b>
Captação de empréstimos e debêntures	16	(174)	(156)	(459.767)
Efeito caixa de derivativos	-	-	-	(323.325)
Pagamentos de arrendamento	15	(11.037)	(9.058)	(94.925)
Dividendos pagos	-	-	-	(16.090)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	-	-	-	(4.265)
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(15.476)</b>	<b>27.636</b>	<b>(64.835)</b>	<b>266.816</b>
<b>Fluxo de caixa líquido</b>	<b>244</b>	<b>12.068</b>	<b>165.836</b>	<b>908.564</b>
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	6.966
Transferência de caixa para operações mantidas para venda	-	-	-	(61.283)
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>65</b>	<b>244</b>	<b>182.160</b>	<b>165.836</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 250.657 (R\$ 43.916 em 31 de dezembro de 2023); (ii) Adições e renegociações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 12.746 (R\$ 50.153 em 31 de dezembro de 2023); (iii) Não houve capitalização de juros de empréstimos no período findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 98.853 em 31 de dezembro de 2023); (iv) Transferência de derivativos para dívida no valor de R\$ 29.269 (R\$ 306.092 em 31 de dezembro de 2023). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança do Grupo. A Administração acredita que com a implementação do Plano Reestruturado fortaleceu significativamente a posição financeira do Grupo e proporcionou uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a construção do projeto de nova planta de Ácido Sulfúrico situado no Estado da Bahia. Em relação aos ajustes operacionais e perspectivas futuras, a Companhia está em processo de retomada dos investimentos remanescentes para a conclusão e partida do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico durante o último trimestre de 2025, assim como, com base nas projeções futuras de mercado que indicam melhora nos preços de químicos, espera-se recomposição gradativa das margens operacionais a longo prazo. Apesar do avanço da aprovação dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e de suas controladas, a continuidade

operacional depende, de forma individual ou conjunta (i) da execução de investimentos para expansão da produção de ácido sulfúricos; (ii) da recuperação dos preços dos produtos químicos no mercado internacional para suportar seu plano de negócio; e (iii) da conclusão da negociação do contrato de fornecimento de gás natural: assuntos esses que podem lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que as ações acima mencionadas serão implementadas. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que a Recuperação Extrajudicial foi concluída em 30 de janeiro de 2025. A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2023, exceto em relação à aquisição da Plastiglass do México S.A. de C.V., alienação no primeiro semestre de 2024 (vide Nota Explicativa 28). Portanto, o Grupo possui, atualmente, as seguintes empresas controladas:

Empresas	País	31/12/2024	% Participação	Principais produtos
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%		Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrilico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%		Hidrogênio verde (planta em construção).
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%		Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%		Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%		Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%		Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%		Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%		Distribuidora de produtos do Grupo
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%		Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%		Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

**2. Eventos subsequentes**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). **2.2. Declaração de relevância:** A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado a orientação técnica OPCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela entrega de um passivo em uma transação organizada entre participantes ativos no mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, entende com base na divulgação realizada na nota 1 relacionada ao plano de reestruturação, que possui recursos para existir. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem as operações das controladas mencionadas na nota 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do custo de estoques, quando aplicável, incluindo de vendas entre as empresas consolidadas. **2.5. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela administração em 24 de março de 2025.**

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, em Luxemburgo e nos Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

**4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 15 - Impairment de ativos em perda esperada;** **Nota explicativa nº 9 - Estoques:** o Grupo avalia o custo de produção versus o valor de realização. **Nota explicativa nº 12 - Impostos diferidos:** O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados. **Nota explicativa nº 14 - Imobilizado:** o Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno, além da avaliação de impairment através do valor em uso versus valor contábil, ao menos uma vez ao ano ou quando há indícios de mudanças significativas dos ativos. **Nota explicativa nº 18 - Provisão para Riscos Fiscais, Gerais, Trabalhistas e Ambientais:** reconhecimento de mensuração de contingências, principais permissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos. **4.3. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo





UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

continuação...

usualmente ocorre em menos de 30 dias. Contas a receber e fornecedores: Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a contratação de serviços, também com partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 17 - Fornecedores. 10.2. Transações com partes relacionadas: A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do exercício e do balanço patrimonial consolidado. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Vendas		Compras	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Brasileira de Estireno	1.971.659	1.411.552	(1.948.687)	(1.461.804)
Unigel Acrílicos S.A. de C.V	-	-	-	(21.975)
Plastiglas S.A. de C.V	-	-	-	(10.787)
Unigel Distribuidora S.A.	1.917.927	1.302.191	(1.968.687)	(1.346.730)
Unigel Químicos S.A.	23.680	27.531	(28.211)	(31.386)
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	3.788	960	(7.434)	-
Proquigel Química S.A.	35.965	174.254	-	(43.806)
<b>Total</b>	<b>3.953.019</b>	<b>2.916.488</b>	<b>(3.953.019)</b>	<b>(2.916.488)</b>

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Montante transacionado	
	Vendas	Compras
	31/12/2024	31/12/2023
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	39.763	36.870
Quimivita Fertilizantes Ltda.	4.532	149.964
Grupo Ergotrans	-	(173.878)
<b>Total</b>	<b>44.295</b>	<b>186.834</b>

Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R\$ 290.633 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 241.107 em 31 de dezembro de 2023). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referente à captação do *Bond* feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. Os juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação e foram alocados nas empresas, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Brasileira de Estireno	178.042	147.577
Proquigel Química S.A.	112.591	93.530
<b>Total</b>	<b>290.633</b>	<b>241.107</b>

10.3. Transações com pessoal-chave da administração: O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Proventos e encargos sociais	9.475	30.284
Benefícios de curto prazo	374	1.622
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>9.849</b>	<b>31.906</b>
Benefícios pós emprego	202	692
<b>Total</b>	<b>10.051</b>	<b>32.598</b>

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários; e (ii) Membros do Conselho de Administração. Durante o segundo semestre de 2023, o Grupo reduziu o seu quadro de executivos estatutários.

11. Ativo fiscal corrente

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	132.955	215.311
ICMS	106.813	68.427
ICMS sobre ativo imobilizado	15.368	24.820
PIS	32.048	30.537
COFINS	123.560	119.346
Programa REINTEGRA	9.183	9.635
INSS	1.987	4.082
IPI	2.503	3.596
IVA a recuperar	-	14.529
Imposto de renda (IRPJ)	39.759	64.422
Contribuição social (CSLL)	1.411	4.094
Outros	6.792	5.305
<b>Circulante</b>	<b>472.379</b>	<b>564.104</b>
<b>Não circulante</b>	<b>263.537</b>	<b>270.232</b>
<b>Total</b>	<b>735.916</b>	<b>834.336</b>

11.1 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: Com base na decisão do STF, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referente aos valores destacados nas notas fiscais, e ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os processos tiveram o trânsito em julgado em 5 de julho de 2022. Com base no citado trânsito em julgado, a Companhia entrou com processo administrativo de habilitação destes créditos junto à Secretaria de Receita Federal com o objetivo de efetuar as respectivas solicitações de Restituição e/ou compensação com outros débitos tributários federais. Os créditos vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do seu fato gerador até o momento da sua realização. Para as parcelas originadas em meses nos quais a Companhia apurou pagamento a maior indevido ou saldo credor, é feita a atualização monetária normalmente. No entanto, para a atualização monetária dos meses em que a Companhia apurou saldo credor é feita uma provisão de *impairment* pois o tema ainda é controverso. As datas de homologação do crédito e montantes já compensados pela companhia estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Homologado principal	Homologado juros	Selic	Compensação	Impairment
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Unigel Químicos S.A. homologação do crédito 07/Dez/2023	5.248	4.306	493	(3.040)	(3.830)
Companhia Brasileira de Estireno homologação do crédito 17/Out/2023	221.845	157.459	24.090	(135.143)	(140.457)
Proquigel Química S.A. homologação do crédito 15/Set/2023	13.705	10.726	819	(21.452)	(1.814)
<b>Total</b>	<b>240.798</b>	<b>172.491</b>	<b>25.402</b>	<b>(159.635)</b>	<b>(146.101)</b>

11.2 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS: Os saldos credores de ICMS são decorrentes de aquisições de produtos ou serviços utilizados em seus processos produtivos que não foram absorvidos pelos débitos gerados em suas saídas tributadas nos períodos subsequentes, basicamente, em decorrência de vendas destinadas a Zona Franca de Manaus. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações *intercompany* com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de *drawback* e monetização dos créditos através da negociação com terceiros quando autorizados pelos respectivos governos estaduais da localidade dos estabelecimentos que apuram tais saldos credores. A controladora CBE, detentora de parte substancial do saldo credor de ICMS no estado de São Paulo, está em processo de habilitação e homologação dos seus créditos via e-Credac visando obter a autorização da fazenda estadual para utilizar esses saldos credores na aquisição de insumos ou negociação deles com terceiros localizados dentro do estado. Em 15 de outubro de 2024, a Companhia obteve liberação de parte destes créditos, no montante de R\$ 5.989, para aquisição de insumos para o seu processo produtivo. 11.3. ICMS, PIS e COFINS sobre imobilizado: Os créditos de impostos provenientes das aquisições de imobilizados são apropriados nas respectivas apurações mensais dos tributos, na razão de 1/48 por mês, no caso de ICMS e conforme a depreciação do referido bem que deu direito ao citado crédito, no caso do PIS e da COFINS, ou seja, conforme a vida útil de cada bem. A classificação entre curto e longo prazo desses créditos é realizada considerando esses prazos de realização. 11.4. PIS e COFINS: Os saldos credores de PIS e COFINS das empresas do Grupo são constituídos, basicamente, em virtude do elevado montante de operações isentas ou não tributadas, tais como exportações ou vendas para a Zona Franca de Manaus, ou seja, a empresa adquire produtos e serviços utilizados em seus processos produtivos que geram créditos de impostos e, em contrapartida, tem uma parcela relevante de suas vendas sem tributação gerando, desta forma, um acúmulo de créditos que não tiveram débitos suficientes para serem compensados. Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com a contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses montantes com maior celeridade.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social. 12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	31/12/2023	DRE	ORA	Compensação
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>				
<b>Valores reconhecidos em ORA</b>				
Benefício pós-emprego	7.392	(2.466)	-	-
Hedge de fluxo de caixa	115.661	108.141	(88.882)	-
<b>Valores reconhecidos no resultado</b>				
Perda de crédito esperada	7.629	193	-	-
Provisão para contingências	8.859	14.866	-	-
Variação cambial não realizada	20.700	287.137	-	-
Prejuízos fiscais acumulados	1.129.620	306.114	-	-
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(72.488)	12.983	-	-
Ganhos não realizados nos estoques	-	7.672	-	-
Fretes	3.612	3.775	-	-
Derivativos	(8.678)	(2.182)	-	-
Operações no exterior	68	(68)	-	-
Ativo permanente (Impairment)	248.325	21.281	-	-
Outras provisões	57.885	(16.624)	(861)	-
Impostos diferidos (Impairment)	(612.419)	(665.816)	-	-
<b>Passivos</b>	<b>906.166</b>	<b>75.006</b>	<b>(89.743)</b>	<b>(14.761)</b>
<b>Valores reconhecidos em ORA</b>				
Custo atribuído	(39.538)	1.463	-	-
<b>Valores reconhecidos em DRE</b>				
Operações no exterior	(10.080)	10.080	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-
Variação cambial não realizada	-	(8.850)	-	-
<b>Total</b>	<b>(166.755)</b>	<b>2.693</b>	<b>-</b>	<b>(164.062)</b>
<b>Ativo diferido líquido</b>	<b>739.411</b>	<b>77.699</b>	<b>(89.742)</b>	<b>(14.761)</b>
Ativo fiscal diferido	858.520	-	-	-
Passivo fiscal diferido	(119.109)	-	-	-
<b>Ativo diferido líquido</b>	<b>739.411</b>	<b>77.699</b>	<b>(89.742)</b>	<b>(14.761)</b>

	Consolidado			
	31/12/2022	DRE	ORA	Compensação
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos</b>				
<b>Valores reconhecidos em ORA</b>				
Benefício pós-emprego	9.468	-	(2.076)	-
Hedge de fluxo de caixa	300.791	(5.276)	(119.958)	(59.896)
<b>Valores reconhecidos no resultado</b>				
Perda de crédito esperada	9.792	(2.163)	-	-
Provisão para contingências	6.507	2.352	-	-
Variação cambial não realizada	91.673	(70.973)	-	-
Prejuízos fiscais acumulados	376.920	745.907	-	-
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(70.639)	(50)	-	-
Fretes	5.760	(2.148)	-	-
Derivativos	(70.097)	61.419	-	-
Operações no exterior	10.255	(18.882)	(1.172)	9.867
Ativo permanente (Impairment)	-	248.325	-	-
Outras provisões	66.761	(8.876)	-	-
Impostos diferidos (Impairment)	-	(612.419)	-	-
<b>Passivos</b>	<b>737.191</b>	<b>337.216</b>	<b>(123.206)</b>	<b>8.068</b>
<b>Valores reconhecidos em ORA</b>				
Custo atribuído	(44.275)	4.737	-	-
<b>Valores reconhecidos em DRE</b>				
Operações no exterior	(14.426)	4.346	-	-
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(1.799)	-	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(177.637)</b>	<b>9.083</b>	<b>1.799</b>	<b>(166.755)</b>
<b>Ativo diferido líquido</b>	<b>559.554</b>	<b>346.299</b>	<b>(123.206)</b>	<b>(53.103)</b>
Ativo fiscal diferido	691.118	-	-	-
Passivo fiscal diferido	(131.564)	-	-	-
<b>Ativo diferido líquido</b>	<b>559.554</b>	<b>346.299</b>	<b>(123.206)</b>	<b>(53.103)</b>

Compensação: Os valores de compensação se referem a adesão ao programa de redução de litigiosidade fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme portaria conjunta da PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, o qual permite a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa das empresas para fins de redução parcial de seus débitos fiscais.

12.2. Reconciliação da alíquota efetiva:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.922.256)</b>	<b>(2.645.286)</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>653.567</b>	<b>899.397</b>
<b>Adições:</b>		
Preços de transferência	-	(3.692)
Juros não dedutível - Subcapitalização	(38.281)	-
Tributação em bases universais	(7.292)	(56.290)
Outras (exclusões) adições permanentes	7.230	(32.668)
<b>Exclusões:</b>		
Benefícios fiscais - Reintegra (Nota 27)	71	976
Benefícios fiscais - Desenvolve (Nota 27)	-	63.733
<b>Total</b>	<b>615.295</b>	<b>871.456</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>32%</b>	<b>33%</b>
<b>Outros ajustes:</b>		
Hedge accounting - Realização liquidado	106.617	-
Impairment impostos diferidos	(684.507)	(565.605)
Ajustes acumulados de conversão - CTA - Realização	22.287	-

13. Investimentos

13.1. Movimentação dos investimentos:

	Companhia Brasileira de Estireno		Unigel Químicos S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora S.A.	Unigel Químicos S.A.		Unigel Com. de Energia S.A.	Total
	31/12/2024	31/12/2023							
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>1.948.287</b>	<b>669.438</b>		<b>51.247</b>	<b>75.447</b>	<b>70.391</b>	<b>987</b>	<b>2.815.797</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	(546.702)	(1.592.160)		(44.164)	2.543	(28.162)	(11.298)	(2.219.943)	
Hedge de fluxo de caixa	103.816	118.266		-	-	5.500	-	227.582	
Benefício pós-emprego	4.031	-		-	-	-	-	4.031	
Ajuste acumulado de conversão	(50.013)	-		(4.019)	-	-	-	(54.032)	
Dividendos / Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	(85.180)		-	-	-	-	(85.180)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.459.419</b>	<b>(889.636)</b>		<b>3.064</b>	<b>77.990</b>	<b>47.729</b>	<b>(10.311)</b>	<b>688.255</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	(690.490)	(927.354)		139	(7.621)	(16.618)	(48.896)	(1.690.840)	
Hedge de fluxo de caixa	(19.052)	(23.065)		-	-	(194)	-	(42.311)	
Ajuste acumulado de conversão	21.977	-		888	-	-	-	22.865	
Benefícios pós emprego	10.800	-		-	-	-	-	10.800	
Dividendos / Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-		-	(604)	-	-	(604)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>782.654</b>	<b>(1.840.055)</b>		<b>4.091</b>	<b>69.765</b>	<b>30.917</b>	<b>(59.207)</b>	<b>(1.011.835)</b>	
<b>Ativo</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023								1.588.203	
Saldo em 31 de dezembro de 2024								944.272	
<b>Passivo</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023								(899.948)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024								(1.956.108)	

13.2. Composição do capital:

Empresa	Data	Capital social	Patrimônio líquido	Participação - %	Lucros (prejuízo) nos estoques e no imobilizado	Participação - %	Patrimônio líquido ajustado
Companhia Brasileira de Estireno	31/12/2024	629.291	801.987	99,99%	-	(19.333)	782.654
	31/12/2023	629.291	1.472.458	99,99%	-	(13.039)	1.459.419
Proquigel Química S.A.	31/12/2024	459.636	(1.840.055)	99,99%	-	-	



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/ME Nº 05.303.439/0001-07

continuação...

14.2. Movimentação dos valores de depreciação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	(123.324)	(6.340)	85	4.622	(970)	(125.927)
Máquinas e equipamentos	(839.259)	(51.065)	6.329	(5.129)	(873)	(899.997)
Instalações e instrumentos	(766.065)	(46.160)	293	63	(430)	(812.299)
Equipamentos de TI	(17.954)	(4.557)	811	-	403	(21.297)
Veículos	(3.898)	(9.006)	1.354	42	-	(11.508)
Móveis e utensílios	(7.423)	(2.115)	-	402	(430)	(9.566)
Benefetórias	(12.702)	(1.633)	-	-	-	(14.335)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
<b>Total</b>	<b>(1.772.901)</b>	<b>(120.876)</b>	<b>8.872</b>	<b>-</b>	<b>(2.300)</b>	<b>(1.887.204)</b>
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	(137.972)	(7.638)	1.974	18.502	1.810	(123.324)
Máquinas e equipamentos	(912.991)	(53.130)	43.553	74.847	8.462	(839.259)
Instalações e instrumentos	(650.454)	(115.999)	268	-	120	(766.065)
Equipamentos de TI	(19.832)	(4.919)	180	6.064	553	(17.954)
Veículos	(562)	(3.576)	105	123	12	(3.898)
Móveis e utensílios	(7.874)	(1.911)	447	1.861	54	(7.423)
Benefetórias	(9.010)	(2.369)	-	(1.323)	-	(12.702)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
<b>Total</b>	<b>(1.740.970)</b>	<b>(189.542)</b>	<b>46.527</b>	<b>100.074</b>	<b>11.010</b>	<b>(1.772.901)</b>

O saldo remanescente de transferências, em 31 de dezembro de 2023, está substancialmente relacionado a transferência para operações mantidas para venda.

**14.3. Projetos em andamento:** O principal projeto em andamento do Grupo é a nova planta de ácido sulfúrico com investimentos de R\$ 641.769 (R\$ 637.999 em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores empregados entre imobilizado em andamento e adiantamento de fornecedores. A expectativa de conclusão dessa planta foi revista para final do 2º semestre de 2025. **14.4. Adiantamento a fornecedores:** Adiantamentos a fornecedores de imobilizado, substancialmente constituídos para dar início da construção da planta de ácido sulfúrico. **14.5. Capitalização de juros:** Não foram capitalizados juros dos empréstimos e financiamentos no período final em 31 de dezembro de 2024 pois os projetos do Grupo, financiados por essas dívidas, estavam suspensos em virtude da estratégia de preservação de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os juros capitalizados foram de R\$ 38.853, equivalentes à taxa média de juros de 13,78% a.a. **14.6. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 em linha com o exposto na nota explicativa 1 - Contexto Operacional, o Grupo identificou indicativos de *impairment* em algumas de suas unidades produtivas e realizou análise dos ativos destas unidades pelo seu valor em uso. De acordo com as projeções de resultado do Grupo para estas unidades, dado que tais operações não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos em um horizonte de curto e longo prazo, foi identificado a necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* em tais ativos, os quais estão relacionados ao negócio Agro e a unidades desativadas do segmento de químicos no México e no Brasil. Especificamente, em relação às unidades de Agro, que são arrendadas e, de acordo com o contrato de arrendamento, sem possibilidade de realizar sublocação, a administração reconheceu provisão para *impairment* referente a totalidade dos ativos líquidos investidos pela Companhia nestas plantas, no montante de R\$ 640.708. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química. As principais premissas adotadas foram: (i) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos; (ii) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iii) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iv) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); (v) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital. Em 31 de dezembro de 2024 tal situação se mantém. A provisão para *impairment* foi atualizada para contemplar quaisquer variações nos saldos relacionados. **14.7. Eletrolisadores da planta de hidrogênio verde:** No terceiro trimestre de 2024 foi concluída a entrega dos eletrolisadores da planta de hidrogênio verde que estavam com aproximadamente 80% do valor antecipado. Dessa forma, foi reconhecida a adição no imobilizado em andamento de R\$ 166.180 em contrapartida de fornecedores de imobilizado.

**15. Direito de uso e passivo de arrendamento**

**15.1. Direito de uso:**

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	298.389	99.439	24.178	422.006
Adições e baixas	2.032	-	40.393	42.425
Reajustes contratuais e cambiais	19.680	(742)	3.367	22.305
Transferências	-	-	(14.577)	(14.577)
Ajuste de conversão	-	-	(528)	(528)
Impairment	(136.961)	-	-	(136.961)
Amortização	(34.991)	(39.077)	(19.091)	(93.159)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>	<b>148.149</b>	<b>59.620</b>	<b>33.742</b>	<b>241.511</b>
Adições e baixas	3.607	(17.346)	49	(13.690)
Reajustes contratuais e cambiais	(3.851)	3.984	8.353	8.486
Transferências	-	-	(12.746)	(12.746)
Impairment	(889)	-	-	(889)
Amortização	(12.427)	(25.499)	(15.791)	(53.717)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>134.589</b>	<b>20.759</b>	<b>13.607</b>	<b>168.955</b>

**Impairment de contratos de arrendamento:** A controlada ProquiGel possui contratos para arrendar ativos relacionados ao segmento Agro como o arrendamento das plantas de fertilizantes nitrogenados, além dos terminais marítimos e uma termelétrica. Devido a atual situação dos negócios do Grupo, no segmento Agro, tais ativos foram testados para *impairment* em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Neste contexto, dado que as projeções de resultado para as plantas de Agro arrendadas não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos, como demonstrado no estudo de recuperação pelo seu valor em uso e, visto que, a Companhia não pode subarrendar os ativos para terceiros, foi contabilizada uma provisão para *impairment* da totalidade destes ativos líquidos, referentes a direito de uso, no montante de R\$ 136.961. Em 31 de dezembro de 2024 o valor das parcelas foi atualizado conforme indexador contratual e a provisão de *impairment* foi ajustada de acordo com essa premissa. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizados no contexto do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química. As principais premissas adotadas foram: (i) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos; (ii) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iii) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (iv) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); (v) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital.

**15.2. Passivo de arrendamento:**

	Consolidado				
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(332.537)	(103.854)	(22.172)	(458.563)	
Adições e baixas	(2.032)	-	(40.393)	(42.425)	
Reajustes contratuais e cambiais	(19.680)	742	(3.367)	(22.305)	
Juros	(29.147)	(5.051)	(2.234)	(36.432)	
Ajuste de conversão	-	-	518	518	
Transferências	-	-	14.577	14.577	
Pagamentos	60.698	44.046	19.789	124.533	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(322.698)</b>	<b>(64.117)</b>	<b>(33.282)</b>	<b>(420.097)</b>	
<b>Circulante</b>				<b>(66.297)</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>(353.800)</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(322.698)</b>	<b>(64.117)</b>	<b>(33.282)</b>	<b>(420.097)</b>	
Adições e baixas	(3.607)	(17.346)	(49)	(13.690)	
Reajustes contratuais e cambiais	3.851	(3.984)	(8.353)	(8.486)	
Juros	(30.598)	(4.676)	(1.167)	(36.441)	
Transferências	-	-	12.746	12.746	
Pagamentos	55.057	28.654	11.214	94.925	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(297.995)</b>	<b>(26.777)</b>	<b>(18.891)</b>	<b>(343.663)</b>	
<b>Circulante</b>				<b>(86.963)</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>(256.700)</b>	

**15.3. Contraprestações futuras:** A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

		31/12/2024					Após 2029	Total
		2025	2026	2027	2028	2029		
Plantas industriais	Parcela atual	57.048	54.175	52.256	52.197	52.197	165.698	433.571
	Parcela médio	3.66%	7.40%	8.84%	9.21%	9.20%	9.46%	8.77%
	Parcela atualizada	59.140	62.695	67.457	74.302	81.083	354.408	699.805
	Taxa de juros média	11,69%	10,46%	9,83%	9,79%	9,79%	9,51%	10,08%
	Parcela à valor presente	56.015	54.336	53.398	53.676	53.606	172.248	443.279
Tanques e armazéns	Parcela atual	21.867	4.888	1.532	511	-	-	28.798
	Parcela médio	3,48%	6,42%	8,75%	8,22%	-	-	6,72%
	Parcela atualizada	22.635	5.460	1.971	701	-	-	30.767
	Taxa de juros média	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	-	-	9,47%
	Parcela à valor presente	21.532	4.867	1.567	524	-	-	28.490
Outros	Parcela atual	13.404	6.961	3.21	29	-	-	20.715
	Parcela médio	3,44%	7,24%	8,75%	7,92%	-	-	6,88%
	Parcela atualizada	14.008	8.201	4.14	40	-	-	22.663
	Taxa de juros média	12,02%	9,75%	9,47%	9,47%	-	-	10,84%
	Parcela à valor presente	13.150	7.020	328	30	-	-	20.528

A inflação foi projetada considerando os contratos futuros de IPCA disponíveis no site da B3.

**16. Empréstimos e debêntures**

**16.1. Saldos patrimoniais**

		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
Moeda	Tipo	Taxa	Valor
BRL	Debêntures	CDI	713.096
	Financiamento	Pré-fixado	-
<b>Total</b>			<b>713.096</b>
	<b>Circulante</b>		<b>713.096</b>
	<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Moeda	Tipo	Taxa	Valor
BRL	Debêntures	CDI	713.096
	NCE	CDI	201.686
	Financiamento	IPCA	200.579
		Pré-fixado	106.878
		IGPM	358.893
		CDI	145.469
		Capital de giro	104.473
<b>Total BRL</b>			<b>1.831.074</b>
USD	Bond	Pré-fixado	3.773.320
	Capital de giro	Pré-fixado	461.716
		SOFR <sup>(1)</sup>	-
<b>Total USD</b>			<b>4.235.036</b>
<b>Total</b>			<b>6.066.110</b>
	<b>Circulante</b>		<b>6.066.110</b>
	<b>Não circulante</b>		<b>-</b>

Em 2017, o *Financial Conduct Authority (FCA)*, órgão regulador do Reino Unido, anunciou o fim da taxa *Libor overnight* para diversas moedas em dezembro de 2021, e o fim da *Libor* para dólar ocorreu de forma definitiva em 2023. Os empréstimos do Grupo vinculados à *Libor* foram alterados para *SOFR*. Salvo a mudança do indexador de referência não ocorreram outros efeitos nos empréstimos do Grupo.

**16.2. Movimentação:**

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2023	512.058
Despesas de juros	90.942
Juros pagos	(37.992)
Pagamento de principal	(1.084)
Custos de transação	1.084
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>565.936</b>
Despesas de juros	145.951
Pagamento de principal	(175)
Juros pagos	(27)
Custos de transação	1.411
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>713.096</b>

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.540.972
Captação de empréstimos e financiamentos	1.698.762
Despesas de juros	402.761
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	(62.425)
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	(152.968)
Pagamento de principal	(661.916)
Juros pagos	(293.685)
Custos de transação	24.341
Juros capitalizados	98.854
Ajustes de conversão - Subsidiárias no exterior	(13.398)
Transferências para disponível para venda	(90.462)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.490.836</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	559.126
Despesas de juros	705.214
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	575.525
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	129.217
Pagamento de principal	(459.767)
Juros pagos	(144.885)
Custos de transação	25.809
Ajustes de conversão - Subsidiárias no exterior	3.040
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.066.110</b>

**16.3. Bonds:** Em outubro de 2019, o Grupo Unigel concluiu a sua segunda emissão de *bonds*, captando US 420 milhões com uma taxa de 8,75% a.a. e vencimento em outubro de 2026. No primeiro trimestre de 2021 o Grupo realizou um *repay* desta captação, adicionando US 110 milhões ao valor captado inicialmente, totalizando US 530 milhões captados. Os *bonds* tem fluxo de caixa exclusivamente de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização do principal é *bullet*, ou seja, com apenas uma amortização no vencimento final, em primeiro de outubro de 2026. A Companhia possui a opção de resgate antecipado dos *Bonds* nos seguintes prazos e percentuais sobre o valor de face:

Período	Preço de recompra
2023 a 2024	102,188%
2024 a 2025	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de resgate antecipado foram identificadas como derivativos embutidos conforme descrito na nota 30 - operações com derivativos. Com a declaração do vencimento antecipado da dívida as opções estão suspensas e seu valor contábil é zero. **16.4. Debêntures:** Em 12 abril de 2022 a Companhia concluiu a emissão de R\$ 500.000, em debêntures em sua primeira operação no mercado de capitais local através da sua controladora Unigel Participações S.A. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos com pagamentos de juros semestrais e taxa de 10,0% da CDI acrescida de 2,10% a.a. pré-fixada. A captação visou garantir capital adequado para investimentos na produção da nova planta de ácido sulfúrico no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia. As debêntures foram emitidas conforme instrução CVM 476, ou seja, com esforços restritos de distribuição e foram registradas na Anbima. São do tipo simples, não conversíveis em ações da Companhia e não possuem atualização monetária. As debêntures têm fluxo de caixa exclusivamente de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização de principal ocorre em três momentos distintos conforme tabela abaixo:

Parcela de amortização	Data da amortização	Percentual do saldo remanescente do principal a ser amortizado
1	08/04/2025	33,33% do principal nesta data
2	08/04/2026	50,00% do saldo remanescente do principal nesta data
3	08/04/2027	100,00% do saldo remanescente do principal nesta data

**16.5. Cronograma de desembolsos:** Devido aos vencimentos antecipados e a consideração da totalidade da dívida no curto prazo, não estamos apresentando um cronograma de desembolsos a ser efetivado. **16.6. Garantias:** Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado e estoque, conforme divulgado nesta demonstração financeira. **16.7. Covenants:** A Controladora e algumas controladas, durante a vigência dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures deveriam manter algumas métricas para os indicadores financeiros. Os indicadores que são acompanhados no nível do consolidado são referentes às debêntures, ao bond e aos contratos globais de derivativos do Grupo. O indicador de referência para todas essas operações eram a dívida líquida/EBITDA ajustado, que nos contratos mais restritos, incluindo as debêntures e os bonds, tinham um limite de 3,5x, com medição trimestral e anual. Desde 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava com o indicador de referência acima do permitido. Desta forma, considerando eventuais eventos de *default* e *cross-default* decorrentes desse *covenant* a Companhia reclassificou a totalidade da sua dívida para o passivo circulante. Conforme divulgação realizada na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional, a Companhia está em processo de readequação da sua estrutura de capital mediante negociação com seus principais credores.

**17. Fornecedores**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas e serviços	18.423	3.614
Imobilizado	-	26
<b>Mercado interno</b>	<b>18.423</b>	<b>3.640</b>
Matérias-primas e serviços	5.147	-
Imobilizado	-	224.107
<b>Mercado externo</b>	<b>5.147</b>	<b>339.833</b>
<b></b>		



## UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

continuação...

de infração inclui 11 infrações, mas após retificações e cancelamentos parciais por decisão administrativa, restaram três débitos: (i) ausência de recolhimento de ICMS na importação de mercadorias; (ii) remessa para industrialização sem comprovação de retorno; e (iii) multa por irregularidade na escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. • Auto de infração nº 10580.730325/2017-47 no valor de R\$ 7.832 (R\$ 6.924 em 31 de dezembro de 2023) exigido contabilmente adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, das unidades de Camaçari e Candeias (agentes nocivos - Benzeno, Cádmio, Cromo, Mercúrio, N-Hexano e Ruído) referente ao período de apuração de 2013 a 2015. • Outras contingências possíveis tributárias que versam sobre diversos temas tributários, como ICMS, PIS/COFINS, IPI e IRPJ/CSSL pulverizadas no valor de R\$ 242.519 (R\$ 281.591 em 31 de dezembro de 2023). • **Processos ambientais:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em 95 (73 em 31 de dezembro de 2023) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R\$ 84.064 (R\$ 73.810 em 31 de dezembro de 2023). Os casos mais representativos são apresentados abaixo: • Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambá. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, decidindo-se na sentença pelo reconhecimento da ilegitimidade passiva da Proquigel Química S.A., pela ausência da responsabilidade objetiva frente aos danos materiais e morais ocorridos com os apresentados da autora; motivo pelo qual, foi interposto recurso de apelação pela parte autora. O valor envolvido para a Proquigel é de R\$ 1.290 (R\$ 1.178 em 31 de dezembro de 2023). • Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos nas águas do Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos, ocorrida em 2009, acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama nº 357/2005) que resultou na interrupção das atividades pesqueiras daquela localidade. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, razão pela qual os Pescadores apelaram, encontrando-se o caso em grau recursal. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R\$ 57.180 (R\$ 54.571 em 31 de dezembro de 2023). • Outras contingências de natureza ambiental diversas e valores pulverizados totalizando o montante de R\$ 25.594 (R\$ 19.061 em 31 de dezembro de 2023). • **Processos cíveis:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em aproximadamente 20 (14 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis, representando um total em discussão de R\$ 39.944 (R\$ 33.320 em 31 de dezembro de 2023). No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A ("Polo") - que tem como atual sucessora a empresa Companhia Brasileira de Estireno "CBE", no valor de R\$ 25.500. O autor pretende que, por retirar-se do Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituiram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C Ltda., incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. A ação foi julgada parcialmente procedente e encontra-se em grau de apelação no TJSP. • **19.4. Reembolsos por cobrar de contingências:** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem um saldo de R\$ 14.907 (R\$ 18.197 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores a serem reembolsados em decorrência de ações diversas de regularizações e monitoramentos ambientais pactuados junto aos órgãos responsáveis nas localidades da CBE Cubatão/SP e da CBE Camaçari/BA a receber por parte dos antigos proprietários responsáveis destas localidades.

## 20. Patrimônio líquido

**20.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$ 920.963, composto por 920.962.726, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **20.2. Reservas de lucros: Reserva legal:** Constituída anualmente com 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade do seu saldo foi utilizado para compensar parte dos prejuízos do ano, conforme permitido na Lei 6.404/1976. **Ajustes de avaliação patrimonial:** (i) **Hedge de fluxo de caixa:** Abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa líquido de impostos cujo reconhecimento no resultado está pendente até que os fluxos de caixa ou itens protegidos afetem o resultado do exercício; (ii) **Ajustes de avaliação atuarial:** Compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais líquido de impostos; (iii) **Ajustes acumulados dos efeitos de conversão de operações no exterior:** Inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações estrangeiras para a moeda funcional; (iv) **Custo atribuído aos ativos imobilizados líquido de efeitos tributários:** No contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo (custo atribuído) na data de transição. A parcela apurada desta reavaliação foi contabilizada líquido de impostos como ajuste de avaliação patrimonial e vem sendo realizado contra lucros ou prejuízos acumulados na proporção da depreciação, lançada no resultado do exercício, dos itens do imobilizado que deram base à citada reavaliação (realização do custo atribuído). **20.3. Dividendos:** O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apurou dividendos a distribuir.

## 21. Receita líquida

## 21.1. Reconciliação entre receita bruta e receita líquida:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita bruta</b>		
Venda de produtos	3.321.627	4.636.230
Partes relacionadas (Nota 10)	44.295	186.834
<b>Venda de produtos no mercado interno total</b>	<b>3.365.922</b>	<b>4.823.064</b>
Venda de produtos	344.383	988.043
<b>Venda de produtos no mercado externo total</b>	<b>344.383</b>	<b>988.043</b>
<b>Receita bruta total</b>	<b>3.710.305</b>	<b>5.811.107</b>
Impostos	(669.483)	(823.821)
Incentivos fiscais	140.949	187.450
Devoluções	(22.033)	(21.811)
Abatimentos comerciais	(10.801)	(1.183)
<b>Receita líquida total</b>	<b>3.148.937</b>	<b>5.151.742</b>

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano. **21.2. Desagregação de receita de contratos com clientes:** O Grupo gera receitas, primariamente, por vendas de produtos, nos segmentos de químicos e agro. Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 25 - Informações sobre segmentos reportados).

	Químicos		Agro		Eliminação entre segmentos		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Regiões principais</b>								
Brasil	2.556.586	4.677.703	175.978	1.529.602	-	(2.318.588)	2.737.564	3.888.717
Américas (menos Brasil)	361.458	865.735	-	139.935	-	-	361.458	1.005.670
Ásia	4.141	41.529	-	-	-	-	4.141	41.529
Europa	12.942	52.684	-	59.467	-	-	12.942	112.151
Oriente-médio	412	54.258	-	-	-	-	412	54.258
África	37.420	49.417	-	-	-	-	37.420	49.417
<b>Receita líquida</b>	<b>2.972.959</b>	<b>5.741.326</b>	<b>175.978</b>	<b>1.729.004</b>	-	(2.318.588)	<b>3.148.937</b>	<b>5.151.742</b>

## 22. Despesas por natureza e função

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Classificados por função:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(3.277.690)	(5.693.540)
De vendas	(33.574)	(58.998)
Administrativas	(166.333)	(217.143)
<b>(3.477.597)</b>	<b>(5.969.681)</b>	
<b>Classificados por natureza:</b>		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(2.461.933)	(4.427.177)
Despesa com pessoal	(243.597)	(338.254)
Serviços de terceiros	(138.369)	(287.291)
Seguros	(35.205)	(45.154)
Adesão a parcelamentos	(19.935)	(32.892)
Reestruturação	(21.534)	(15.840)
Provisões para contingências	(35.729)	(28.800)
Amortização ativo de direito de uso	(53.717)	(83.395)
Depreciação e amortização	(137.767)	(210.057)
Logística, fretes e demurrage	(317.817)	(423.452)
Outras despesas	(11.994)	(77.379)
<b>(3.477.597)</b>	<b>(5.969.681)</b>	

**22.1. Despesas de reestruturação:** Em linha com o contexto operacional da Companhia foram realizadas diversas ações para preservação do caixa, incluindo a hibernação de plantas e redução de despesas de forma geral. Estas ações, por vezes, ensejaram despesas adicionais não-recorrentes na operação do Grupo como aquelas relacionadas ao desligamento de pessoal, totalizando R\$ 21.534 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.840 em 31 de dezembro de 2023) que foram registradas na rubrica de reestruturação.

## 23. Outras (despesas) receitas operacionais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Sucata	243	171
Indenização de seguros	-	289
Ganho na venda de ativos	299.463	-
Reembolsos a cobrar - Provisões ambientais	4.704	18.917
Outras receitas	6.512	1.273
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>310.922</b>	<b>20.650</b>
Impairment de ativos	(62.591)	(715.764)
Desconto recebimento créditos eletrobrás	(2.597)	-
Confissão de dívida - Hidrogênio verde	(1.389)	-
Perda na venda de ativos	-	(1.796)
Provisões ambientais	-	(36.263)
Baixa definitiva de ativos	-	(73.948)
Outras despesas operacionais	-	(8)
<b>Total outras despesas operacionais</b>	<b>(66.576)</b>	<b>(827.779)</b>
<b>244.346</b>	<b>(807.129)</b>	

**Ganho na venda de ativos:** A Companhia concluiu a venda da Plastiglas de México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa mínimo da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação; e (iv) parcela retida em garantia de forma contingencial. Dessa forma, o valor líquido recebido pelo Grupo na transação foi de US\$ 83 milhões, convertido para reais pela taxa próxima ao momento do fechamento do câmbio. Os recursos líquidos da venda foram utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. **Desconto recebimento créditos Eletrobrás:** Em 20 de maio de 2024 a Companhia concluiu acordo com a Eletrobrás para conclusão de discussão judicial referente a créditos devidos no contexto de empréstimos computórios. O valor do processo era de R\$ 7.087, que já estavam provisionados, mas visando uma antecipação dos recursos foi acordado o recebimento de R\$ 4.490, resultando em uma perda para a Companhia de R\$ 2.597.

## 24. Resultado financeiro

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre aplicações financeiras	16.898	26.150
Receita de juros sobre recebíveis	284	8.956
Descontos obtidos de fornecedores	590	1.924
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	21.996	2.734
Outras receitas financeiras	102	461
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>39.870</b>	<b>40.225</b>
Juros sobre empréstimos e debêntures	(731.212)	(427.102)
Juros de fornecedores	(40.775)	(32.485)
Custo do hedge	(7.367)	(285.534)
Juros de passivos de arrendamento	(36.441)	(36.432)
Despesas bancárias, com impostos e comissões	(24.418)	(55.539)
Ajuste a valor justo de derivativos	(222.768)	(94.250)
Multas	(5.143)	(13.440)
Juros benefício pós-emprego	(2.533)	(3.055)
Juros adesão PRLF	(3.496)	(17.893)
Juros de tributos	(21.590)	(42.352)
Juros sobre empréstimos e debêntures - Operação descontinuada	(3.300)	-
Outras despesas financeiras	(3.840)	(662)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(1.102.883)</b>	<b>(1.008.744)</b>
Variações cambiais, líquidas	(768.349)	(47.129)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.831.362)</b>	<b>(1.015.648)</b>

**24.1. Juros de tributos:** Juros decorrentes de parcelamentos tributários, conforme demonstrado na nota explicativa 18 - Passivo fiscal corrente, além de juros de atraso no pagamento de tributos. No terceiro trimestre, foi efetuada a reversão referente a parte dos passivos que geravam esses juros referentes a adesão ao Programa de Redução de Litígios Fiscais (PRLF - Litígio Zero), gerando um crédito neste período.

## 25. Informação sobre segmentos

**25.1. Base de segmentação:** O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. Esse segmento de negócios é determinado como "Químicos". O Grupo também é um representante produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias-primas básicas, em especial, gás natural, e converte-o em sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA. Esse segmento é denominado como "Agro". A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas. Estes segmentos são gerenciados separadamente, pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas. O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento: **Químicos:** O segmento de Químicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex, tolueno, acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, cianeto de sódio e sulfato de amônio (vide nota abaixo de Agro). Estes produtos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, têxtil, materiais de construção, embalagens e descartáveis plásticos. Estes produtos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos. **Agro:** Esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos. No segmento Agro, os resultados apresentados referem-se exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, uma vez que os resultados da operação de sulfato de amônio foram realocados para o segmento de Químicos, pois com a paralisação das plantas arrendadas da Petrobras, o sulfato de amônio, que é subproduto do segmento de químicos passou a ser analisado dentro do contexto desse segmento para a tomada de decisões. Dessa forma, reapresentamos os resultados do período

comparativo com o sulfato de amônio reclassificado para o segmento Químicos para preservar a comparabilidade. A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém, ele é incluído apenas para fins de reconciliação com a demonstração do resultado. A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa nº 21 - Receita líquida. **25.2. Informações sobre segmentos reportados:** As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro (prejuízo) do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

	31/12/2024			
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações
Receita líquida	3.061.933	129.972	-	(42.968)
Custo dos produtos vendidos	(3.031.160)	(289.498)	-	42.968
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>30.773</b>	<b>(159.526)</b>	-	<b>(128.753)</b>
Despesas administrativas e com vendas	(155.499)	(15.599)	(35.388)	-
Impairment de ativo imobilizado	-	(62.591)	-	(62.591)
Outras receitas (despesas) operacionais	302.339	(916)	5.514	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>177.613</b>	<b>(238.632)</b>	<b>(29.874)</b>	<b>(90.893)</b>
Resultado financeiro	-	-	(1.831.362)	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>177.613</b>	<b>(238.632)</b>	<b>(1.861.236)</b>	<b>(1.922.255)</b>

	31/12/2023			
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações
Receita líquida	3.494.334	1.786.219	-	(128.811)
Custo dos produtos vendidos	(3.538.844)	(2.283.507)	-	128.811
<b>Prejuízo bruto</b>	<b>(44.510)</b>	<b>(497.288)</b>	-	<b>(541.798)</b>
Despesas administrativas e com vendas	(194.764)	(46.919)	(34.025)	-
Impairment de ativos (NE 14 e NE 15)	-	(715.764)	-	(715.764)
Baixa de ativos	(73.948)	-	-	(73.948)
Outras receitas (despesas) operacionais	(23.999)	(549)	7.131	-
<b>Resultado operacional</b>	<b>(337.221)</b>	<b>(1.260.520)</b>	<b>(26.894)</b>	<b>(1.624.635)</b>
Resultado financeiro	-	-	(1.015.648)	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(337.221)</b>	<b>(1.260.520)</b>	<b>(1.042.542)</b>	<b>(2.640.283)</b>

## 26. Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento. Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria.

## 26.1. Ativos financeiros:

	Controladora		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65	244
Partes relacionadas	10	4.020	2.170
		<b>4.085</b>	<b>2.414</b>
<b>Valor justo por meio do resultado (VJR)</b>			
Investimentos de curto prazo	7	79.218	118.235
Outros recebíveis	-	-	8.850
		<b>79.218</b>	<b>127.085</b>
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	102.942	47.601
Contas a receber de clientes	8	129.720	148.065
Créditos contratuais	-	18.458	69.925
Partes relacionadas	10	234	700
		<b>251.354</b>	<b>266.291</b>
<b>Outros passivos</b>			
		<b>(353)</b>	<b>-</b>
		<b>(2.045.956)</b>	<b>(1.829.933)</b>

## 26.2. Passivos financeiros:

	Controladora		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores	17	(24.922)	(4.697)
Empréstimos e debêntures <sup>(1)</sup>	16	(713.096)	(565.936)
Dividendos a pagar	10	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas	10	(1.242.442)	(1.194.337)
Outros passivos	-	(533)	-
		<b>(2.045.956)</b>	<b>(1.829.933)</b>

(1) O valor justo de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 109.500 (R\$ 145.135 em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado		
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivos</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado (VJR)</b>			
Derivativos	30	(45.479)	(60.397)
		<b>(45.479)</b>	<b>(60.397)</b>
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores	17	(914.344)	(818.151)
Empréstimos, financiamento e debêntures <sup>(1)</sup>	16	(6.066.110)	(4.490.836)
Dividendos a pagar	10	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas	10	(222)	(22)
		<b>(7.045.639)</b>	<b>(5</b>



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

continuação...

**Análise de sensibilidade das variações de taxa:**

Taxa	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Canários em	Canários em	Canários em	Canários em
	SOFR	CDI	SOFR	CDI
	-	12,15%	5,3190%	12,65%
Instrumentos financeiros	-	(1.060.251)	(6.268)	(860.404)
Efeitos na demonstração do resultado	-	(128.820)	(333)	(108.841)
	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%
	-	15,1875%	18,2250%	6,6487%
	-	-	7,9785%	15,8125%
	-	-	-	18,9750%
Instrumentos financeiros (efeitos no balanço patrimonial)	-	(1.221.277)	(1.253.482)	(114.643)
Efeitos na demonstração do resultado	-	(161.026)	(193.231)	(7.147)
	-	-	(8.577)	(109.738)
	-	-	-	(131.685)

**26.5. Ativos e passivos designados a hedge de fluxo de caixa:** O Grupo optou pelo modelo de *hedge accounting* do CPC 48/ IFRS 9. (i) **Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira:** A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

	Consolidado			
	31/12/2024	Passivos - faturamento em dólar	Ativos - empréstimos e projetado financiamentos em dólar	31/12/2023
Saldo contábil	351.055	(351.055)	234.336	(234.336)
1-12 meses	96.393	(96.393)	42.219	(42.219)
13-24 meses	-	-	-	-
25-35 meses	-	-	-	-
Acima de 35 meses	254.662	(254.662)	192.117	(192.117)
	351.055	(351.055)	234.336	(234.336)

(ii) **Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps:** O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de Bonds no exterior. Ambos os instrumentos possuem vencimento em 2026. O instrumento de hedge foi liquidado de forma antecipada em 07 de junho de 2023. Como o instrumento de hedge foi encerrado de forma antecipada, de acordo com o CPC 48 - Item 6.5.11(d), o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa deve ser reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado. (iii) **Hedge de fluxo de caixa - Opções de Brent:** O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção das compras projetadas de Gás Natural, do segmento agro, que tem seu preço em dólares atrelado ao preço em dólares do barril de petróleo Brent. O objeto do hedge eram as transações altamente prováveis de compra de Gás Natural e o instrumento de hedge são opções de compra de Brent mês a mês de acordo com a projeção de compras. Esta estratégia fez com que quase a totalidade das compras de Gás Natural estivessem protegidas de aumentos no preço do barril de Brent. Em virtude de os instrumentos de proteção serem opções, se houvesse queda do preço em dólares do barril de Brent o Grupo se beneficiaria da redução, se houvesse alta no preço o Grupo estava protegido. Os prêmios das opções contratadas eram em reais e possuíam vencimento próximo a data de exercício das opções e desta forma foram classificadas na rubrica "Prêmios de opções a pagar". No entanto, o Grupo acreditava que, para um maior equilíbrio das suas operações e exposições a moeda estrangeira, o prêmio deveria ser em dólares. Para ter o efeito equivalente de uma operação em dólares americanos o Grupo contratou derivativos de termo de moeda (*Non-deliverable forward* ou NDF) no mesmo volume dos prêmios a serem pagos. As duas estruturas de hedge, portanto, visavam a proteção dos custos com Gás Natural e o equilíbrio das exposições cambiais do Grupo, no entanto, possuíam uma fonte de assimetria contábil, uma vez que as projeções de transações altamente prováveis de compras são contabilizadas quando ocorrem efetivamente e os prêmios de opções a pagar eram contabilizados pelo custo amortizado, enquanto os derivativos de instrumento de hedge eram contabilizados pelo valor justo. Desta forma, e para eliminar a assimetria contábil dos ajustes a valor justo dos derivativos de instrumento de hedge, o Grupo optou por estabelecer uma estrutura de hedge de fluxo de caixa para a estratégia. Sendo assim, os ajustes a valor justo dos derivativos, na medida em que há efetividade da estrutura de hedge, eram contabilizados nas contas patrimoniais em contrapartida de contas do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Com a parada das plantas de fertilizantes os fluxos de compras, objeto de hedge, deixaram de existir e a totalidade do ajuste a valor justo das opções e das NDFs foi reclassificada do patrimônio líquido para o resultado em junho de 2023. (iv) **Hedge de fluxo de caixa - Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes:** (i) **Empréstimos e financiamentos - Variação cambial:**

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(129.212)	27.995	(152.968)	(137.614)
Impostos diferidos sobre variação cambial	43.932	(9.518)	52.009	46.789
	(85.280)	18.477	(100.959)	(90.825)

(ii) **Opções de Brent (Instrumento de hedge encerrado em junho de 2023).**

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de NDF (USD)	-	-	-	10.961
Ajuste de valor justo NDF	-	-	(7.438)	(1.016)
Ajuste de valor justo opções	-	-	(71.350)	(78.780)
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	-	-	26.788	27.131
	-	-	(52.000)	(41.704)

**26.6. Gerenciamento de capital:** A Companhia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de dívida líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação). No entanto, devido ao atual contexto operacional do Grupo, apresentado na nota explicativa nº 1 - Contexto operacional, o Grupo vem adotando medidas extraordinárias de gerenciamento de capital incluindo a captação de recursos a taxas menos atrativas e a postergações de compromissos com foco na gestão do risco de liquidez. Tais ações geram um aumento da relação de capital de terceiros e capital próprio até que o plano de reestruturação do Grupo seja concluído.

**27. Subvenções e assistências governamentais**

**27.1. Incentivo fiscal estadual - Desenvolve/Bahia:** O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estrênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo obteve um benefício de R\$ 140.949 (R\$ 187.450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados". **27.2. Incentivo fiscal estadual PSDI - Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial:** A Proquigel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (Agro). A Companhia se beneficia de deferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo não apurou nenhum benefício.

**27.3. Incentivo fiscal federal - Lucro da exploração:** Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2023. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo não apurou nenhum benefício. **27.4. REINTEGRA - Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras:** O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais. No período findo em 31 de dezembro de 2024 o Grupo obteve um benefício de R\$ 209 (R\$ 2.872 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) através das empresas Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custo dos produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados". **27.5. REIQ - Regime Especial da Indústria Química:** O Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo estava beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias-primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1º de abril de 2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas - ABIOQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspensão até dezembro de 2022, voltando a vigor, a partir de janeiro/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem algum termo de compromisso com determinadas exigências adicionais. Em agosto de 2023, o Governo Federal regulamentou, através do Decreto nº 11.668/2023, as condições necessárias para o aproveitamento do "REIQ" pelas empresas enquadradas no benefício. Desta forma, a Companhia iniciou o atendimento a todos os requisitos necessários para a sua adesão ao citado benefício, com aplicação desde 01 de janeiro de 2023, conforme previsto na Lei nº 13.374/2022. Sendo assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não apurou benefício em 2024 (R\$ 19.393 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custos dos produtos vendidos" nas "Demonstrações de Resultados".

**28. Garantias**

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R\$ 567.032 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 529.730 em 31 de dezembro de 2023).

**29. Prejuízo por ação**

**29.1. Básico:** O prejuízo por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos exercícios e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos períodos, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido do período	(1.862.564)	(2.334.432)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício	920.962.726	920.962.726
<b>Prejuízo por ação - R\$</b>	<b>(2,0224)</b>	<b>(2,5348)</b>

**29.2. Diluído:** O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

**DIRETORIA**

**DARIO COSTA GAETA**  
Diretor Presidente

**ANDRÉ LUIS DA COSTA GAIA**  
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RI

**MARCIO SCATIGNO**  
Gerente Executivo de Controladoria - CRC 15P 218.247/O-7

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da Unigel Participações S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional:** Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$3.116.958 mil, margem bruta consolidada negativa de R\$128.753 mil, um prejuízo líquido consolidado de R\$1.862.564 mil, e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R\$378.861 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não atendendo também naquela data os índices financeiros ("covenants") de contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, que resultou na apresentação integral deste saldo no passivo circulante e, como consequência, o capital circulante líquido da Companhia está negativo em R\$6.081.149 mil. Em 20 de maio de 2024, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), aprovado pela maioria dos credores, que foi homologado judicialmente pelos tribunais Brasileiros em 11 de novembro de 2024 e pelo tribunal de Nova Iorque, EUA em 10 de dezembro de 2024 e, em 30 de janeiro de 2025, subsequentemente à data base dessas demonstrações financeiras, a Companhia concluiu a implementação das ações do PRE. A continuidade operacional da Companhia baseia-se, principalmente, na eficácia da reestruturação financeira e das ações do PRE implementados, cujos impactos ainda não foram mensurados, e da implementação e eficácia de uma combinação de estratégias operacionais para mitigação de sua posição financeira e operacional complexa, descritas nas notas explicativas 1 e 33. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Adicionalmente ao assunto descrito na seção denominada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", seguem os outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório: **Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa (conforme notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas):** Por que é um PAA: Para a redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment") imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras, como: preço dos produtos químicos e fertilizantes, volume de venda, taxa de câmbio (Real/Dólar) e inflações. O valor recuperável também é sensível a mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. Conforme divulgação da Companhia na nota explicativa 1 - Contexto operacional, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo Unigel, tem enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo, a redução dos preços de venda no mercado internacional, base também, para os preços praticados no mercado interno. Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos imobilizados e intangíveis é complexo e envolve julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da redução ao valor

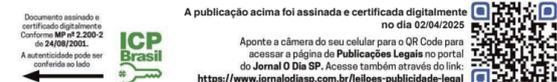
recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação do valor justo para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, bem como na revisão da taxa de desconto utilizada pela Companhia para calcular os fluxos de caixa descontados; (iii) revisão e análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas, tais como projeção de vendas e margem de lucro das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangíveis, incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer de nossa auditoria, foi identificada deficiência de controle interno relacionada à avaliação da redução ao valor recuperável, que nos levou a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ativo imobilizado e intangíveis, assim como o reconhecimento da provisão para perda e as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 14 e nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo. **Realização dos impostos diferidos (conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas):** Por que é um PAA: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresenta saldo de impostos de renda diferidos líquidos no montante de R\$712.606 mil. O reconhecimento dos impostos de renda diferidos envolve a necessidade de julgamento em relação ao histórico de lucratividade e a sua futura realização, a partir de projeções de resultados tributáveis futuros. Esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria, uma vez que a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Diretoria, poderia modificar significativamente os prazos previstos para a realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida em que o prazo para sua recuperação aumenta. Portanto, eventuais mudanças nessas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela Diretoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da realização dos impostos diferidos; e (ii) a revisão das projeções de resultados tributáveis futuros preparada pela Diretoria da Companhia e a consistência dessas projeções com o orçamento elaborado e aprovado pela Diretoria da Companhia e dados históricos de estimativas passadas e suas efetivas realizações. Adicionalmente, recorremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas quando do fluxo de caixa e da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura. Esse fluxo foi a base para projeção do lucro tributável futuro. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as determinações do lucro tributável futuro e o saldo dos impostos de renda diferidos ativos líquidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões não fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e descritas no parágrafo de ênfase. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos uma auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Alessandro Costa Ramos**  
Contador  
CRC nº 1 SP 198853/O-3



Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código 23C0-6DFA-7E71-2560.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/23C0-6DFA-7E71-2560> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 23C0-6DFA-7E71-2560



### Hash do Documento

AFAAD551A1993F2C0567FC63DFE7AF69175D5CBA46AC498F9C13378301F54D0E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 02/04/2025 00:06 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

